

**18ª Reunião Ordinária e Audiência Pública do
CONASP**

Brasília, 02 de Agosto de 2012

1 **Participante não identificado** : - Se for o caso, vou ali no mercado comprar um
2 quórum.

3

4 **Almir** : - Se, se tiver à granel. ((risada)) ... Algum conselheiro gostaria de fazer uso
5 do, do tempo do informe. O conselheiro Humberto.

6

7 **Humberto** : - Bom dia companhe/, senhores conselheiros, conselheiras. É... Na
8 última, na última semana, de vinte e dois à vinte e quatro de junho, é, o conselho de
9 dirigentes dos órgãos periciais do Brasil, se reuniram no hotel Trans América, em São
10 Paulo. Inclusive, encaminhei para o e-mail de todos os senhores e senhoras, a nossa
11 carta de São Paulo. Na nossa, na... Esteve conosco, a nossa presidente, a secretária,
12 doutora Regina Miki, onde nós falamos sobre a questão da lei orgânica da polícia
13 civil, que hora é encaminhado pro Ministério da Justiça. Ao Congresso, eu não sei até
14 se o Gandra pode me dar algum informe se retornou, que, em relação à inclusão da
15 perícia naquela lei orgânica da polícia civil. E falamos que iria de encontro a todas as,
16 os encaminhamentos que foram feitos pelas ?? de classe da perícia. Pela questão da
17 CONSEG. Até pela resolução que já foi tirada também deste conselho. Da autonomia.
18 E na ordem que a gente defende a autonomia. Na hora que este conselho é...
19 Recomenda a autonomia dos órgãos periciais numa, numa contramão, o Ministério da
20 Justiça, ela inclui, através da SENASP, ela inclui a perícia dentro da lei orgânica da
21 polícia e ainda com a terminologia totalmente errônea, de contra inclusive a lei doze

22 mil e trinta, onde coloca pericia da polícia. Onde mostra a intenção cada vez mais de
23 deixar a pericia subordinada aos órgãos policiais. Então ela não só erroneamente
24 inclui a pericia na lei orgânica, quando nós temos a lei doze mil e trinta, que fala de,
25 da pericia oficial, ela inclui ali, como perícia da polícia, como maneira de mostrar que
26 a pericia tem que ser subordinada mesmo, à autoridade policial. E a doutora Regina,
27 no seu pronunciamento, após ouvir todos os gestores da pericia, ela disse que não
28 teria nada contra e que aquele conselho se manifestasse. E a manifestação daquele
29 conselho levaria em consideração ao Ministro, para que pudesse retirar o que tivesse,
30 a pericia de dentro do bojo daquela lei orgânica. Então nós, foi tirado uma carta de
31 São Paulo, onde, por unanimidade dos presentes, solicita a retirada do, do capítulo, da
32 pericia da polícia, de dentro da lei orgânica. E eu mandei pro e-mail de todos os
33 senhores e senhoras, esta carta e o que eu trago aqui em nome do conselho de
34 dirigentes, é... pedir, se os senhores entenderem, que possam sair desse conse/, que
35 este conselho possa encaminhar esta carta que nós tiramos para o Ministro da Justiça.
36 Que foi encaminhada pelo nosso conselho, mas nós gostaríamos também, sabendo do
37 peso político, da responsabilidade desse conselho nacional de segurança pública, o
38 conselho também encaminhar esta carta, que eu faço entrega agora ao nosso
39 presidente, o companheiro Almir Lauriano. Obrigado.

40

41 **Almir** : - Okay, conselheiro Humberto. Obrigada pela intervenção. A conselheira.
42 Não, não. Pode falar Agadeilton. Não tem problema. Ela cede. É o conselheiro

43 Agadeilton.

44

45 **Agadeilton :** - Muito bom dia a todos e todas. Conselheiro Agadeilton Meneses da
46 PCF. Além, evidentemente de me solidarizar com as colocações do conselho
47 Humberto, eu queria mais uma vez, aproveitar esse momento de informes, né? Pra
48 ratificar o que já havia anunciado ontem, né? De ser essa a minha última reunião
49 como conselheiro deste pleno, desse CONASP. Agradecer a todos a, pela alegria de
50 poder termos, termos dividido aqui esse espaço. Pelos debates acalorados. Pela
51 franqueza e sinceridade que todos aqui tem e a responsabilidade na condução dos
52 temas que aqui são levados a debate e certamente, é, aquele que vier me substituir,
53 juntamente com aqueles que aqui ficam, continuarão atentos, como procurei estar
54 durante todo esse tempo, sobre as questões importantes da segurança pública desse
55 país, especialmente no nosso caso, sobre as questões da perícia. E para não fugir à
56 regra né? De procurar sempre trazer questões que envolve principalmente a
57 autonomia da perícia, ao conhecimento desse pleno. Algumas delas, na nossa
58 concepção de tamanha gravidade e tivemos a compreensão e a colaboração do pleno
59 e até convocar uma reunião, reuniões extraordinárias pra debater alguns incidentes
60 dentro da polícia federal. Em alguns momentos, quando se tratava desse assunto, eu
61 era sempre é, perquirido por companheiros, né? Do plenário, que dizia : É... Mas a
62 Polícia Federal a gente não tem conhecimento de, de situações que denotem a
63 ausência de autonomia da perícia. Você tem casos concretos, você tem exemplos. E a

64 gente quase sempre tem dificuldade de trazer questões interna corporis pra ser
65 debatida dentro de um conselho, por várias repercussões que isso pode ter, para a
66 instituição e para nós pessoalmente como integrantes das carreiras de dentro da
67 polícia federal. Mas eu vou só trazer ao conhecimento de quem ainda não, não teve a
68 oportunidade de ter esse conhecimento, de um recente caso que eu posso trazer com
69 tranquilidade, porque ele ganhou é... A grande mídia. Ele já está completamente
70 divulgado na grande mídia. Que é o caso da Sheron no Rio de Janeiro. Não sei se, se
71 vocês tem conhecimento. Certamente o conselheiro Tião deve ter acompanhado,
72 porque lá no Rio de Janeiro teve uma repercussão maior do que em outros estados
73 né? E de forma resumida, até sugiro que vocês busquem se informar melhor, porque é
74 um caso típico daquilo que a gente quer evitar, em relação à perícia, tanto na Polícia
75 Federal, como nas perícias estaduais. Que é justamente a visão de quem conduz a
76 investigação e que a perícia, ela serve pra confirmar as teses de quem conduz a
77 investigação. E essa era intenção, sempre foi e declarada por ele. Da autoridade
78 policial que conduziu a investigação do caso Chevron, eram vários os equívocos e
79 várias as, os atos em desconformidade com a legislação processual penal, desde,
80 desde a nomeação de perito ??, sem cumprir os requisitos da legislação até a recusa
81 ou tentativa de recusa do laudo oficial produzido pelos peritos da polícia Federal. E
82 depois disso, dizer publicamente que a perícia serve pra responder aquilo que o
83 delegado pergunta e tão somente, ou seja, serve pra confirmar a tese de quem conduz
84 a investigação. E nós sabemos que esse não é o papel. Não é essa a perícia que o

85 Brasil quer. Já foi, infelizmente já foi no passado em muitos casos, mas não é isso que
86 nós queremos para uma perícia séria, com responsabilidade, autônoma e que produza
87 sim, provas confiáveis. E aí, só pra finalizar essas colocações. Nos gerou muita
88 preocupação porque quem conhece o caso, o famoso caso mensalão, que hoje tá
89 iniciando seu julgamento no STF, sabe que muitas das provas produzidas pela polícia
90 federal através dos laudos periciais, foram atacadas pelos advogados de defesa,
91 alegando justamente, falta de autonomia da perícia. Alegando que a perícia não teve
92 autonomia pra fazer os laudos com independência. Que a perícia apenas serviu pra
93 confirmar as teses da investigação. E aí a gente teve que fazer a defesa dos laudos e
94 mostrar que não era. Que aquilo era só um artifício da defesa e nesse mesmo instante.
95 Ou vivendo esse momento importante é, da justiça brasileira, vem uma autoridade
96 policial dizer que a perícia deve apenas servir para responder os quesitos. Servir pra
97 confirmar ou simplesmente atender à requisição da autoridade policial. Então isso
98 nos preocupa, porque uma declaração dessa natureza, ela pode ser usada por
99 advogados de defesa, articulados , pra conseguir, em outros campos, como por
100 exemplo, no caso, o mensalão, conseguir desqualificar uma prova pericial feita de
101 forma competente, de forma autônoma e assim beneficiar pessoas que deveriam
102 responder pelos crimes que porventura tenham cometidos. Então, trouxe essa, essa
103 situação, não para querer mais uma vez retornar, retornar o debate sobre a autonomia,
104 mas só pra deixar claro qual é a nossa preocupação. Qual era a nossa intenção, ao
105 debater a autonomia da pericia. Era, pelo menos diminuir as possibilidades de que

106 esse tipo de ocorrência venha acontecer, tanto na polícia federal, como nas policias
107 dos estados da federação. Espero que esse conselho continue vigilante a essas
108 questões e que consiga, com sua competência, produzir é... Atos. Produzir
109 informações e produzir também, uma pressão política capaz de fazer acontecer essa
110 autonomia que é tão importante para a investigação e para a produção de provas no
111 Brasil. Então, mais uma vez agradeço a todos. Estou feliz em poder recebê-los na
112 PCF, né? Para o almoço do meio dia. Informo que será colocado a disposição
113 daqueles que não, que quiserem o táxi pra, tanto pra ir como pra voltar e daqui pra
114 frente eu serei simplesmente um colega de vocês e um expectador atento e com muito
115 otimismo, dar continuidade do trabalho desse conselho. Muito obrigado.

116

117 **Almir** : - Obrigado também ao conselheiro Agadeilton. Passarei à conselheira, o
118 conselheiro Geraldo Vanderlei.

119

120 **Geraldo Vanderlei** : - É. Bom dia a todos e a todas.

121

122 **Almir** : - Após a palavra do Geraldo. Após a palavra da conselheira Célia, a gente
123 volta para os assuntos de deliberação.

124

125 **Geraldo Vanderlei**: - Inicialmente eu gostaria de dizer que na verdade, é, a ausência
126 de Agadeilton aqui, vai representar uma grande perda né, pela sua, pelo seu interesse,

127 o seu compromisso, suas contribuições. Certamente teremos um substituto que, que
128 levará em conta as mesmas preocupações. E com relação a essa questão da perícia, a
129 gente sabe que no plano *Brasil mais seguro*, o governo diz que a primeira das
130 valorizações é a questão da perícia. Então já vai na contra mão de valorizar a perícia,
131 né? Isso é uma coisa muito séria, porque hoje nós temos muitos problemas nessa
132 área. A gente tem, por exemplo, agora recentemente, um mês e meio, a polícia matou
133 dois menino cigano, dois jovens ciganos que foi, pra nós foi uma execução, mas eles
134 apresentaram as armas lá depois e os quesitos que o delegado fez, nem, nem pedia a
135 coisa básica que seria a digital dos meninos na arma, não pedia. Nem o:: resídeo né?
136 Que provaria necessariamente o que a arma era ou não. Porque ela não foi botada na
137 mão dele. Foi depois, né? Então eu questionei lá o delegado. – Não, não sei o que...
138 Porque isso aqui falta de experiência do delegado. O promotor... então a gente vê que
139 a perícia precisa realmente ter autonomia pra poder melhorar esse quadro. Mas eu
140 queria, senhor presidente, é, dizer que a CNBB, na, nesse mês que passou, reuniu
141 pela primeira vez, todos os conselhos nacionais ligados a ela e que atua em conselhos
142 nacionais, para promover uma integração, né, e um trabalho é, mais atencioso, mais
143 acompanhamento e com definição de, de estratégias comuns de atuação, daquilo que
144 for possível. E a gente, foi uma reunião muito proveitosa. É... deveremos agora tirar
145 alguns encaminhamentos pra que a gente possa agir de maneira mais integrada. E
146 também se reuniu no dia seguinte com a comissão de justiça e paz, a assessoria de
147 pastorais sociais e também até com representante do Congresso, para discutir a

148 questão das mudanças no código penal né? Então a gente tá também atento a essa
149 questão. E dizer também, aproveitando o momento que nós /tamo/, vamos aprovar
150 recomendações sobre o sistema prisional, que no início do governo Dilma, a pastoral
151 carcerária nacional, formulou um documento, né? Com considerandos e com
152 recomendações. Um documento bastante extenso, sobre junto com aquela ONG dos
153 direitos humanos, CONECTA e o Santo Dias e entregou formalmente à presidenta
154 sobre a questão do sistema prisional, né? Então solicitando mudanças no sistema.
155 Acho que é até interessante que depois a gente possa pegar esses protocolos e a gente
156 possa pedir a partir do conselho o que que aconteceu com esse documento, né? Okay,
157 obrigado.

158

159 **Almir** : - Obrigado conselheiro. Conselheira Célia. Um momento Célia, vai chegar
160 aí.

161

162 **Célia** : - Antes de tudo, bom dia, né? Olhe, eu acho que eu tô fazendo simplesmente
163 um lembrete e eu gostaria até de afirmar que eu estou relembrando um informe que já
164 foi dado há algum tempo. Eu acho, em função das nossas tarefas atuais, que é o
165 compromisso de darmos rumos a esse conselho consistente e tendo pela frente a
166 questão da segunda CONSEG, eu gostaria de lembrar todos nós que desse uma olhada
167 numa recomendação da OEA, que foi já publicada há coisa de uns seis meses, sobre o
168 novo paradigma da segurança pública, que é uma proposta de segurança cidadã. Nada

169 tão pertinente. Até porque a primeira CONSEG, ela foi movi/, teve como móvel, né?
170 Pra se articular toda a sociedade a partir de uma promessa de um novo paradigma
171 com a segurança pública. Eu acho que isso é por demais, oportuno, né? Pra que nós
172 nos deti/, faltou o v.

173

174 **Almir** : - Detivemos.

175

176 **Célia** : - Nos detivemos sobre essas questões, pra fundamentar e orientar os nossos
177 discursos, por ocasião da consulta pública. É só isso. Sim, eu tenho uma cópia disso,
178 mas acredito que a SENASP tenha. Se for facilitar, eu posso mandar pra Suélen, mas
179 eu acredito que você...

180

181 **Almir** : - {{ Seria bom, Célia, por favor. Obrigado. A conselheira Simone.

182

183 **Simone** : - Bem, eu gost/, bom dia a todos e todas. Eu gostaria de cumprimentar o
184 nosso companheiro Agadeilton, né? Perito criminal, meu companheiro de luta aqui da
185 perícia. Pela perícia, apesar de muitos peritos criminais não aceitarem o fato da gente
186 ser companheiro, colega nessa luta. Eu acho que a gente conseguiu, nesse conselho,
187 é... Diminuir muitas diferenças nacionais, né, Agadeilton? Eu acho que muita da
188 nossa relação nesse conselho, se reflete também na nossa relação nos estados. E eu
189 queria te cumprimentar pela sua coerência. Pela sua tranquilidade pros

190 enfrentamentos tão tensos que a gente teve e possivelmente terá. E uma coisa que me
191 preocupa, quando o Humberto, que representa os órgãos periciais, traz aqui um
192 documento desse. Primeiro porque esse conselho e aí a gente também quando
193 defende isso não é incoerência, porque eu sempre defendi a questão da autonomia da
194 perícia. Mas uma perícia realmente única, coesa, não essa perícia segmentada igual os
195 colegas querem. E esse documento dos órgãos de dirigentes da perícia, que são todos
196 os dirigentes na sua maioria, peritos criminais, já traz no bojo do seu documento essa
197 segregação quando faça em perícia oficial e identificação civil e criminal. Aí pra
198 vocês que não são aqui do, da área, pode parecer uma coisa simples, mas pra gente
199 isso é mais uma forma de segregar. Então eu não gostaria, eu acho que é, é um direito
200 dos dirigentes produzirem esse documento, enviar pra esse conselho, pra SENASP,
201 mas por traz desse documento, tem algumas questões que são muito sérias pra nós,
202 então eu gostaria de pedir que esse documento não seja um documento aprovado aqui
203 por esse conselho porque tem outros desdobramentos nele e que vocês tem todo o
204 direito de fazer isso, enviar pro conselho e pra SENASP, mas que não seja um
205 documento, esse dos órgãos de dirigentes, aprovado aqui por esse conselho, porque
206 por traz dele tem uma série de outras coisas que a gente não precisa retomar agora,
207 mesmo porque a gente já discutiu isso longamente durante a discussão da autonomia
208 da perícia. E a gente já produziu um documento em relação ao... José Neves. Vocês
209 trê. Que horror. ((risada)) E aí a gente já produziu esse documento e eu não vejo
210 nenhuma incoerência nisso. É... uma coisa que esse conselho, eu acho que deve

211 cobrar Suélen, e já é, a gente já foi convidado pra indicar os nomes pra pessoas que
212 vão compor aquele grupo, pra definir a questão da autonomia da perícia. E aí sim é
213 uma coisa séria, Tião, porque a gente vai sentar, vai definir que tipo de autonomia é
214 essa. Vamos sair do quadro da polícia? Vamos sair do quadro da segurança pública?
215 Aonde vai ficar lo/, onde vai ficar definido essa questão? Vamo/ criar uma nova
216 polícia? Então são questões sérias, que não dá simplesmente pra gente falar: ah, a
217 questão da autonomia vai ser resolvido somente se não constar na lei geral da polícia
218 civil, que existe a perícia. A gente tá na polícia civil, queira ou não. Por mais que nos
219 estados a gente tenha criado essa, essa legislação que fala que nós somos, não
220 estamos ligados ao diretor da polícia civil, diretamente ao secretário. Por mais que
221 isso aconteça, nós somos policiais civis. E até que venha alguma lei que mude isso,
222 nós somos. E aí tem todos os desdobramentos funcionais nossos, se isso for
223 realmente, se a gente não constar nessa lei geral. Então acho que a saída é a gente
224 realmente manter esse grupo, tá Humberto? Com tempo, com seriedade, pra gente
225 realmente tomar a decisão. Que autonomia é essa e como é que ela vai se dar e
226 portanto eu peço que a gente não receba, ou apoie. Eu respeito o documento
227 produzido por vocês, mas que não seja um documento aqui do conselho. Obrigada.

228

229 **Éder** : - Bom dia a todos e a todas. Sargento Éder da ANASPRA. É, vou ser breve,
230 até porque, pra gente ir pras deliberações, nas... Não poderia a ANASPRA nesse
231 momento, deixar de enaltecer aqui o trabalho do Agadeilton, que foi um parceiro o

232 qual conheci. Tive a oportunidade de conhecer neste conselho e respeito muito.
233 Respeito pelos seus posicionamentos coerentes, pela sua legitimidade na defesa da
234 sua categoria, porque eu acho que isso é o que o conselho precisa. Primeiro é ter essa
235 lealdade e franqueza e que todos saibam que na defesa, você não usa de artifícios que
236 não há verdade e aquilo que acredita. Posso não concordar com você, mas eu o
237 respeito. Você pode não concordar comigo e espero respeito. Porque este conselho
238 nos permite isso. Nos permite conhecer as nossas mazelas, nos permite conhecer as
239 fragilidades internas de cada instituição e permite principalmente conhecer as
240 angústias que aflingiu sempre a sociedade civil em relação à atuação das polícias, das
241 forças de segurança, naquilo que a gente chamava de sendo prestação de serviço
242 quando, na verdade, o que existe por detrás é uma segurança pública fragilizada, é
243 uma crônica e que por muito deixa a desejar. E por muitas vezes, nós profissionais da
244 área, somos execrados, somos tidos como os grandes vilões da história e sequer o
245 estado é citado, porque em as ações equivocadas, é citado: é a polícia militar, é a
246 polícia civil, é a polícia federal, nunca o governo, né? Então nós aqui que somos
247 trabalhadores, que convivemos com você esse período, pudemos conhecer e até me
248 permita é, é um posicionamento meu, eu achava que nós das polícias militares tivesse
249 um grande problema. E me permita, é uma interpretação minha, pode estar totalmente
250 equivocada, mas eu percebo que as outras instituições talvez tenham mais problema
251 do que nós. Nós temos algumas questões pontuais, que todos conhecem e são conhe/,
252 e todos são conhecedores. E essas instituições das forças civis, da... A gente não

253 conhecia, então você trouxe essa questão à discussão com propriedade, com
254 qualidade, dentro do ambiente democrático e a ANASPRA tem o prazer de dizer que
255 conheceu um perito que defende a sua categoria, que defende a reestruturação do
256 modelo e isso só foi possível em razão da sua presença aqui no conselho. Então... eu
257 gostaria de agradecer a você pela oportunidade que tive e Minas Gerais continua de
258 portas abertas. Espero ter feito mais um amigo nesse grande, imenso Brasil e
259 parabéns e fico feliz de ter podido conviver contigo aqui. Muito obrigado.

260

261 **Almir** : - Conselheiro Tião, quer ?? Quem... Porque a gente vai precisar voltar ao
262 tema deliberiza/, deliberização. Quem mais vai querer fazer o uso da palavra? Élder.
263 Com esse tema? Com relação a esse tema, né? Doutor Rossini.

264

265 **Tião** : - Eu só queria, antes de falar, ouvir as pessoas envolvidas. No caso o
266 companheiro Gandra e o companheiro Ro... Não. Humberto. Antes de fazer a minha
267 fala. Ouvir os dois companheiros envolvidos, que é o Gandra e o Humberto, antes de
268 fazer a minha fala.

269

270 **Almir** : - Certo. Certo. Antes de::, de Gandra tem o doutor Rossini e Élder, depois o
271 Gandra. Olhe. Tá inscrito o doutor Rossini, Élder, Gandra e beto. E aí Tião. Certo.
272 Sem dúvida. Já tinha sido. Aí a gente encerra essa pra começar as deliberações.

273

274 **Rossini :** - É. Eu não sei qual é o costume desse conselho, mas eu faço parte de uma
275 instituição na minha carreira originária, que cujas promoções são por antiguidade e
276 por merecimento. Acho que muitos aqui tem essa mesma peculiaridade. Eu não sei se
277 é costume desse conselho, como acontece em outros conselhos, ao final do exercício,
278 do mandato, das atribuições, expedir um documento formal pra que conste no
279 prontuário, nos assentamentos institucionais, porque são a despeito do
280 posicionamento, não o trabalhador, ou aqui quem está se desloca, vem fazer uma
281 coisa de relevância, ele sabe que vem fazer uma coisa de relevância, mas nem todos
282 na sua instituição sabem da importância do significado de você na, numa trincheira
283 tão longínqua, tá mal ou bem, atuando. Então, eu não sei se isso é costume, se não é,
284 mas...

285

286 **Almir :** - Mas pode ser o encaminhamento...

287

288 **Rossini :** - Porque eu ouvi aqui, elogios à pessoa do conselheiro Agadeilton, inclusive
289 tô respondendo aqui aos questionários, no seu pó/, na sua pós graduação e é de bom
290 tom, acho que é realmente salutar, que este conselho, eu faço um pedido, seria uma ??
291 de, ou de elogio, ou elogio pra que conste no prontuário do servidor Agadeilton, né?
292 O reconhecimento pelo serviço que ele prestou aqui.

293

294 **Almir :** - Foi o encaminhamento dado pelo conselheiro Rossini. Todos entenderam a

295 posição. E inclusive a gente pediria que se a, a plenária aprovasse esse pedido feito,
296 fizesse é... Fizesse também para os anteriores que aqui tiveram. Só incluir isso aí, tá?
297 Então a gente coloca logo depois de ouvir o Élder, o Gandra a gente coloca pra
298 aprovação esse pedido.

299

300 **Élder Costa** : - Bom dia a todos e todas. Élder Costa, fórum nacional de juventude
301 negra. Bem, antes de dar o informe, eu não poderia deixar de também ressaltar a
302 importância do companheiro, conselheiro Agadeilton, deste conselho, dizer que é, foi
303 bastante importante ter convivido com ele aqui, e ter aprendido tanto e reafirmamos o
304 nosso compromisso Agadeilton, com, com a luta por uma perícia independente,
305 autônoma e estruturada e você conseguiu, com ?? convencer esse conselho da
306 importância da perícia ser independente no nosso país. Um informe que eu gostaria
307 de dar, é que a comissão de promoção da igualdade da OAB de São Paulo, está
308 realizando na data de hoje, um seminário nacional para discutir a reforma do código
309 penal com vista à questão racial. Nós sabemos que o racismo ele, ele é criminalizado
310 no Brasil né? Crime inafiançável, mas infelizmente, oitenta por cento dos casos,as
311 pessoas são absolvidas, porque são enquadradas aí com o jeitinho brasileiro, são
312 enquadradas como crime de injúria. Então um dos temas que tá sendo discutido lá
313 nesse seminário, é justamente que a lei se cumpra. Que o racismo realmente seja
314 interpretado como crime. Como um crime inafiançável e não como injúria, que é um
315 crime de, de menor importância. Além de tá discutindo também, a seletividade racial

316 que o código penal de mil novecentos e quarenta tem. Então essa co/, esse seminário
317 tá discutindo como pode ser feito, formas de superar a seletividade racial. E Éder
318 ontem, fez uma, uma, um pronunciamento no sentido de que o CONASP precisa
319 discutir o, a reforma do código penal. Então eu gostaria de reafirmar essa
320 necessidade. Quem sabe até a gente realizar uma reunião extraordinária para essa
321 finalidade. Obrigado.

322

323 **Almir** : - Temos. Nós temos agora dois encaminhamentos. Um do conselheiro Élder
324 coma realização de uma extraordinária pra tratar do código penal em toda a sua
325 abrangência. Então a gente vê isso também na próxima, na próxima etapa.
326 Conselheiro Gandra.

327

328 **Gandra** : - Bom dia a todos. Bom. Preciso só fazer uma síntese. Que eu sou ruim de
329 síntese pra caramba. Eu acho que eu sou muito promisso. Mas eu vou fazer um
330 exercício aqui de sintetizar porque eu...

331

332 **Almir** : - Você tá falando muito baixo Gandra. Eu não tô ouvindo, mesmo com o
333 microfone. Agora pronto.

334

335 **Gandra**: - Tá bom aí. Tá bom aí porque eu já falo alto por natureza. Não, não. Eu
336 sou assim mesmo. Pois bem. Na, na elaboração dessa lei que o companheiro fala pra

337 nós aqui conselheiros, essa lei geral, ela foi discutida amplamente pelo Brasil a fora.
338 Desde o governo Lula. Ocorre que havia algumas inconsistências que foram
339 apontadas e essa lei ficou presa lá no Congresso. Mas antes, ela também já abrigava a
340 estrutura básica que é os cargos mínimos que tem que ter uma polícia judiciária.
341 Delegados, investigadores, escrivães e peritos de polícia. Pois bem. Depois de mais ou
342 menos esses sete anos. A lei geral já está pra ser aprovada lá há mais de vinte anos.
343 Diga-se de passagem. Até hoje a polícia judiciária não tem. Assim como a polícia
344 civil. Da mesma forma a polícia federal e polícia militares. Num é? Não tem ainda
345 uma lei orgânica como tem o Ministério Público. Como tem os magistrados. A polícia
346 não tem. Não se sabe, não se sabe quem é quem na estrutura da polícia judiciária. No
347 caso, a polícia civil. Em São Paulo, na polícia civil são dezesseis cargos. Tem
348 carcereiro, tem telemático, tem motobol e por aí vai. Parece que naquela época, essa
349 função de telemático, só pra vocês entenderem, era necessário sim. Porque tinha um
350 telex. O sujeito tinha que operar o telex. Mas hoje não existe isso. Qualquer um opera
351 um computador, independente de ter uma função específica, pro camarada ser
352 treinado no computador. Então, o tempo, a tecnologia chegou, mas as estruturas
353 capengas estão até hoje. Capengas. Não se adequaram porque carece de uma lei
354 nacional pra se ter, que se tenha uma identidade assim como a LOMAN, assim como
355 a lei dos magistrados, que o Acre tem um promotor justiça e que tem o mesmo
356 salário, diga-se de passagem. E São Paulo, o detentor do maior PIB da nossa nação
357 também é o mesmo valor e as mesmas prerrogativas, as mesmas atribuições. Parece

358 que não querem que as estruturas policiais funcionem. Parece que tem algo por trás
359 de tudo isso, que é uma, de fundo muito preocupante, que a gente poderia nos deter
360 aqui dias e dias, pra que nós pudéssemos encontrar uma saída pra extirpar e aí a gente
361 faz apenas uma, eu estou apenas aqui, conjecturando, mas eu tenho certeza absoluta,
362 isso é uma opinião particular, não é da entidade, que o crime organizado infelizmente
363 já se instalou nessas instituições que são as forças policiais. E que ninguém tem
364 coragem e vontade de extirpá-las. Então, o maior prejudicado nisso é quem? É os
365 usuários dos serviços prestados por nós, operadores da segurança pública, que é o
366 cidadão brasileiro. Ele sim, ele é o mais prejudicado e as nossas autoridades,
367 sabedoras desse cancro, até porque as entidades que representam essas categorias, já
368 denunciaram. Já denunciaram não só pro governo Lula não. Pro governo FHC. Aqui
369 não tem bandeira partidária, mas até hoje, até hoje... Aí vai a crítica pra presidente
370 Dilma, pro governo Dilma. Nós vemos essa indiferença com a segurança pública do
371 nosso país. Não vislumbramos nenhuma medida que possa ir nesse enfrentamento
372 desse problema que eu chamo de cancro, que é uma das maiores mazelas da
373 segurança pública, por isso nós estamos aqui em um conselho nacional de segurança
374 pública. Me permita só fazer, só pra mim concluir...

375

376 **Almir** : - A conclusão, tranquilo.

377

378 **Gandra** : - Porque eu sei que a gente fala muito meu presidente, caso contrário, a

379 gente vai ficar prejudicado na nossa. No nosso raciocínio. Infelizmente algumas
380 pessoas, como eu, não tenho a capacidade dos meus pares, de alguns pares meus aqui,
381 de sintetizar. Eu, eu tenho essa dificuldade. Então eu falo, mas eu preciso raciocinar
382 pra mim poder não perder o fio da meada, porque eu sei que...

383

384 **Almir** : - A gente tem que dar continuidade.

385

386 **Gandra** : - Eu já li, meu presidente, eu já li o que eu falei nas atas e eu, e pode ver
387 que quando tem a minha fala, a uma, a uma perda e isso é muito prejudicial...

388

389 **Almir** : - Gandra, tranquilo.

390

391 **Gandra**: - Porque senão, senhor presidente, nós temos que colocar tempo, porque o
392 mesmo tempo que tem um conselheiro que fala trinta minutos...

393

394 **Almir** : - Sem dúvida. Sem dúvida.

395

396 **Gandra**: - Eu também gostaria de ter o mesmo tempo, porque senão eu vou ficar
397 sendo prejudicado na minha concepção. Tanto é que eu já me perdi, então eu vou ter
398 que fazer tudo de novo.

399

400 ((risadas))

401

402 **Almir** : - Não. Tá certo. Faça tudo de novo dentro do tempo que lhe resta.

403

404 **Gandra**: - Olha. Olha. Chegou nesse, chegou num ponto. Nós vamos chegar num
405 ponto que nós vamos ter que talvez buscar uma reunião extraordinária. Porque este
406 conselho aqui responsável sim. Uma vez tomando o, tomando o conhecimento dessas
407 mazelas, dessas denúncias que nós temos aqui. Se eu trazer pros senhores cinco por
408 cento das denúncias que nós temos, apuradas, que está lá na nossa entidade, que a
409 confederação. Apuradas. Dos desmandos dos delegados, dos meus pares, dos peritos,
410 dos policiais militares e de tantos outros operadores da segurança pública, até dos
411 rodoviários também, federais, a gente teria que fazer aqui, uma discussão muito séria,
412 pra retirar assim uma recomendação. Uma recomendação e dizer e cobrar das nossas
413 autoridades, porque não se apura esses crimes. Porque que eles continuam lá nos seus
414 locais de trabalho, muitos deles por sinal, chefiando, chefiando. Sendo chefes. Então
415 a sociedade civil organizada, deve ficar sabendo disso e esse conselho deve sim
416 denunciar, não só...

417

418 **Almir** : - Eu precisaria que, eu precisaria que você concluísse. Eu precisaria que você
419 realmente concluísse, por favor.

420

421 **Gandra :** - Quanto à questão da perícia, nós participamos de vários debates.
422 Convidamos todos os peritos. Conseguimos uma audiência pública com o Ministro. E
423 convidamos o presidente dos representantes da perícia, dos delegados, dos
424 papiloscopistas e levamos, fizemos uma pré discussão entre nós e levamos até o
425 Ministro. E foi feito uma consulta pela SENASP aos operadores da perícia em todos
426 os estados e chegou-se uma, um resultado de que noventa por cento dos peritos
427 consultados nas associações, não aceitavam que continuassem inseridas, dentro dessa
428 estrutura básica da lei geral. E os peritos papiloscópicos da mesma forma e médico
429 legistas...

430

431 **Almir :** - Eu pediria a gentilmente, por gentileza, realmente a gente precisa concluir.
432 Se você entender, a gente precisa outros...

433

434 **Gandra :** - Okay.

435

436 **Almir :** - Em outro momento você poderia voltar.

437 **Gandra:** - Então eu vou, eu vou me dar por satisfeito.

438

439 **Almir :** - Okay. Eu agradeço a compreensão.

440

441 **Gandra:** - Não. Eu vou me dar por, eu vou me dar por satisfeito porque eu já estou

442 usando o tempo e agora eu, eu então invoco o regimento interno, pra que cada fala de
443 cada, de cada conselheiro siga os três minutos marcado e pra que possa ter esse
444 desenvolvimento todo. Eu sei que nós temos que aprovar isso. Eu entendo isso. Não
445 dá pra gente discutir isso. Muito obrigado.

446

447 **Almir** : - Okay. Agradeço a compreensão do conselheiro. Passarei a palavra ao
448 conselheiro Nóbrega aqui.

449

450 **Nóbrega** : - Trata-se de um mero agradecimento aqui ao conselheiro Agadeilton. A
451 qualidade de colega meu da instituição, né? Somos dois policiais federais. E dizer que
452 foi muito bom tê-lo aqui. O contato, o convívio, o engrandecimento, a, o
453 conhecimento a mais que eu adquiri com relação à perícia. E dizer, desejar um breve
454 retorno. Um bom retorno ao estado da Paraíba e dizer que tô, vou ficar aqui em
455 Brasília de portas abertas. Quando vier, por favor, entre em contato pra que podemos,
456 possamos nos encontrar novamente e conversar. Muito obrigado por tudo ?? que tive
457 aqui. São meus agradecimentos também, em nome da cadeira que eu represento aqui
458 da instituição. Muito obrigado. Um grande abraço.

459

460 Fala fora do microfone

461

462 **Almir** : - Ao conselheiro Humberto. E com ele a gente, Benedito Mariano e gente

463 encerra com Benedito Mariano.

464

465 **Humberto:** - Só, é...

466

467 **Almir :** - Com Tião. A gente encerra com Tião.

468

469 **Humberto :** - Aqui foi citado. A compa/, conselheira Simone talvez ela tenha se
470 equivocado. Aqui não existe questões políticas de categorias. O conselho geral de
471 diligentes, ele é formado por peritos criminais, peritos médicos, delegado de polícia,
472 e dois delegado de polícia, que inclusive subscreveram este próprio documento,
473 também. O que nós estamos questionando aqui. Quando a gente fala em perícia
474 criminal de natureza criminal, acredito que se refere à lei doze mil e trinta. Quando
475 ele fala de educação civil e criminal, porque ele não tá falando aqui em categoria. Tá
476 se dirigindo a como é hoje a lei. Onde a gente tá querendo exatamente ?? todos pro
477 mesmo lado. A gente não tá aqui questionando quem é perito, quem não é perito,
478 quem papiloscopista, não, é a legislação. Essa lei, só pra trazer, fazer uma
479 retrospectiva, é. Ela foi. É nascedora de uma comissão formada pelo Ministério
480 Público, Ministério da Justiça, constitui uma comissão formada de delegados sobre a
481 coordenação do delegado Jésus, lá do, do, de Minas Gerais. Em nenhum momento,
482 nenhum perito, nenhum papiloscopista, nenhuma, nenhum, ninguém da perícia
483 participou dessa comissão e tiraram essa lei, onde absurdamente chamo de perito da

484 polícia. Isso é um retrocesso igual ???. aqui não tá questionando se papiloscopista é
485 perito, se perito é papiloscopista, nada disso. O que tá querendo dizer aqui é que a
486 perícia não pode tá alocada dentro do órgão da polícia civil. Onde a gente tá querendo
487 apenas o que este conselho já fez. Que foi tirar a resolução, sugerindo autonomia dos
488 órgãos periciais. Nada mais é. Eu não tô discutindo aqui quem é perito, quem não é.
489 Até porque, como eu falei anteriormente. Tem delegado, diretor, a exemplo do
490 Espírito Santo que é u delegado e talvez mais perito do que muitos peritos. Onde
491 também reconhece essa mesma necessidade. E onde se vê que colocaram a perícia
492 dentro de uma lei sem ela ser consultada. E a verdade é que cem por cento das
493 entidades de classe, não noventa por cento, companheiro Gandra. Cem por cento se
494 manif/. Doutora Regina Miki fez uma consulta, a SENASP fez uma consulta às
495 entidades de classe dos PI. Cem por cento. Não foi noventa, cem por cento dos
496 trabalhadores disseram que não querem estar dentro da polícia civil. Das entidades
497 dos peritos criminais. Cem por cento dos gestores da polícia, de que disseram que
498 também não querem. Bom. Querem nos colocar na marra. E ainda pra mostrar
499 autoridade maior, botar perícia da polícia. O que pra mim é um absurdo maior do
500 mundo. Se quisesse tratar perícia com respeito, teriam botado: perícia oficial. Mas
501 botaram: perícia da polícia. Com todo respeito, nada, nada contra aos que fizeram ma,
502 mas isso aqui não atendem aos gestores. Não atende aos trabalhadores e com certeza
503 não atenderá a sociedade civil, às pessoas que necessitam da perícia. Obrigado.

504

505 **Almir** : - Okay. Conselheiro Tião.

506

507 **Tião**: - Bom. Bom dia a todas e todos. É, em primeiro lugar eu queria dizer que esse
508 conselho tá virando uma boa e terna família, né? Vejam, a saída de um membro mexe
509 com todos nós né? Imagina se todos saírem, que é a proposta que tá aí colocada. Mas
510 tem, tem companheiros nossos, na sua, na sua essência, que conseguem contribuir
511 muito com o conhecimento que tem, intelectual, técnico e tem outros que conseguem
512 contribuir com a pessoa que é, né? O nosso companheiro Agadeilton contribuiu das
513 duas formas. Tanto tecnicamente, quanto como pessoa. Um ser espiritualizado. Que
514 tem contribuído muito com relação humana que esse conselho tem entre seus
515 membros. Obrigado Agadeilton. É, com relação a essa questão da, da discussão
516 levantada aqui da perícia e da carta, é... me estranha muito e eu queria um pouco,
517 fazer uma reflexão rápida, dentro do meu tempo. Esse conselho aqui é um conselho
518 de todos, de todas, enfim. De todos os temas com relação à segurança pública do país.
519 E é muito legítimo que a suas categorias de profissionais e trabalhadores façam aqui
520 as suas reivindicações, as suas colocações, as suas... Mas acho que nós temos que
521 caminhar, não só pra direção do, de pensar o conjunto, embora tenhamos que pensar
522 as vezes no particular, mas é... Mesmo pensando no particular, pensar de maneira
523 conjunta. Ou seja, é... A gente tem observado que em alguns momentos as demandas
524 chegam quando já estão, quando o caldo já está derramado. Né? E a gente gostaria
525 muito que chegassem aqui as demandas, pra gente poder ajudar a resolvê-las. Não pra

526 apagar determinado incêndio. Determinada questão que já não tem mais o que fazer.
527 Já tá decidido lá fora. É... Eu acho que seria de bom tamanho, por exemplo, que essa
528 lei orgânica da polícia civil... Tá aí sendo discutida há anos e agora saiu aquecida do
529 gabinete do Ministério da Justiça para o Congresso Nacional sem passar por aqui.
530 Então eu acho que seria muito bom, né? E seria é... Uma cultura nossa, diante da
531 gente. Nós que estamos dentro do Conselho inclusive, né? Diante de situações como
532 essa, trazer pro Conselho poder opinar, poder dar sugestões, poder ajudar a resolver o
533 problema, né? Porque a polícia por si só não vai resolver se a sociedade não tiver
534 junto e vice versa. Então acho que temos que é... Há possibilidade, sondei ali os
535 companheiros, de que se, esse projeto que foi encaminhado para o Congresso, retorne
536 pra uma discussão aqui dentro do CONASP. Porque eu acho que assim, podemos
537 pensar em resolver, por exemplo, questões como essa dos peritos, dos papiloscopistas
538 e tantas outras questões que tem esse projeto de lei. Então a minha, a minha proposta
539 é que a gente possa discutir essa lei orgânica da polícia civil, aqui no Conselho
540 também, porque eu acho que nós temos o que dizer sobre essa questão. Então essa é
541 minha proposta.

542

543 **Almir** : - Okay. Então com ele a gente encerra essa, esses informes. Faltou... Sim o
544 nosso querido Mariano. Conselheiro.

545

546 **Mariano** : - ?? aqui o Éder. Civil. Benedito Mariano do CONSENSE. Porque toda

547 vez ele fala que é coronel, é sargento da PM.

548

549 ((risada))

550

551 **Mariano** : - Então agora eu vou só me apresentar como civil, do CONSENSE.

552 Brincadeira Éder. É só ele que segue o regimento. É verdade. Eu sei, eu sei. Eu tô

553 brincando. É... Bom, também queria aproveitar esses informes pra dizer ao

554 companheiro Agadeilton que na história desse novo CONASP o seu nome tá

555 registrado aqui com a contribuição política, intelectual, não só pela instituição que

556 você representa, mas pelo, a contribuição em todos os debates que ocorreram nesses

557 dois anos, que nós ?? aqui do CONASP. Vamos ter outros membros. Outras histórias

558 do CONSENSE, mas eu diria que dos sócios fundadores aqui desse novo CONASP,

559 você é um daqueles que tem o nome marcado pela contribuição política, pela

560 generosidade, como disse o Tião. Aqui nós aprendemos a dialogar os conflitos sem

561 perder a ternura. Eu acho que essa é uma conquista de todos que estão aqui sabendo

562 debater, inclusive os pontos polêmicos, sem desrespeitar o, é... O outro conselheiro, o

563 outro colega. Então sentiremos sua falta. Abraço.

564

565 **Almir** : - O coronel Bride. Houve uma promoção aqui... Tá, tá... Bom. A ?? a nossa

566 Célia que tinha, se ela tinha pedido já , já tinha falado. Volta a falar novamente na...

567 No informe ainda, né? A conselheira Célia.

568

569 **Célia** : - Parece que a ordem das solicitações das falas vão tendo um ordenamento,
570 uma prioridade em função da proximidade da mesa, né? Mas... Talvez seja mais um...

571

572 **Almir** : - Desculpa se vocês estão distante. Eu vou me aproximar de vocês.

573

574 **Célia** : - Bom. É muito, muito rápido.

575

576 **Almir** : - Vamo/ marcar o tempo. Tá bom. É a sua ??

577 **Célia** : - Bom. O que eu queria era pena que o conselheiro Rossini não está aqui,
578 porque minha observação é em relação à proposta dela, dele. Muito bem aceita, de
579 encaminhar uma nota. Que conste né? No, nos prontuários do servidor, como é o caso
580 que tá sendo discutido a respeito de Agadeilton. Mas o que eu queria dizer,
581 lembrando a nossa institucionalidade desse conselho, ontem tão lembrada pela
582 secretária Regina Miki, de que nós não somos representantes como indivíduo, nós
583 somos representantes institucionais, de forma que este tipo de medida, eu acho que
584 devia ser adotada pra todos. Ontem foi apresentado também o afastamento da nossa
585 companheira Cíntia Luz do MDH. Nós também temos uma folha de serviço e nós
586 também prestamos contas às nossas bases, às nossas entidades ou aos fóruns né? E os
587 movimentos a que nós estamos aqui representados, de forma nós temos aqui, um
588 compromisso público e é preciso prestar conta deste, deste desempenho aqui

589 realizado. Era só isso.

590

591 **Almir** : - Okay. Eu gostaria só de responder a conselheira Célia que foi exatamente
592 dito isso. Todo mundo receberá a mesma deferência. Foi feito inclusive na hora aqui,
593 do encaminhamento com ele, pedimos que todos, não só os que estão aqui, mas os
594 que passaram por aqui. Todos estão e os que saíram também. Ele pediu todos eles. E
595 os que sairão e os que virão. Tá? Fica. Mas não, não... A palavra da conselheira Célia
596 foi pra lembrar e a gente é, corrobora com a sua colocação. A presidência gostaria
597 de agradecer, né? Agradecer e reconhecer o talento, né? Do conselheiro Agadeilton,
598 que teve durante todo o tempo aqui, não só para tratar os temas que foram tratados no
599 conselho, como também o talento de fazer amizade. Então aqui ele sai é... Mais
600 enriquecido, né? Pelas suas experiências e interação com outros talentos e a gente
601 reconhece e agradece, Agadeilton, a sua presença. Que a gente sabe que não vamos
602 ficar distantes. Nós vamos ficar próximos sem dúvida nenhuma. Vamos para os, a
603 próxima etapa. Ne? Foi combinado isso. Vamos tentar dirimir dúvida de questão de
604 ?? eu só gostaria de fazer um registro. Eu pediria ao conselheiro Gandra, é... Que,
605 vamos dizer. Ele fez colocações que alguns conselheiros tinham usado o tempo e tal.
606 Eu gostaria não de fazer defesa, mas eu gostaria de fazer um registro porque ontem a
607 tarde, quando a gente terminou as deliberações, um conselheiro pediu que o
608 conselheiro Rossini fizesse em pouco tempo, um resumo e tacitamente nós não
609 discordamos. Aqui não houve ninguém que dissesse: não, ele não, né? E ele fez,

610 levou um tempo e esse tempo a gente tá constringendo esse conselheiro aqui, como
611 se ele tivesse tido a iniciativa de fazer isso e permitido, mas foi um pedido do
612 conselheiro Nóbrega. É nossa. Eu acho que é do conselho, né? É do conselho. Eu
613 considero do conselho. Não, tudo bem. Eu assumo a culpa sem problema nenhum.

614

615 Fala fora do microfone

616

617 **Almir** : - Certo.

618

619 **Gandra** : - Se vocês. Se a mesa entender que ele vai falar a tarde toda, não tem
620 problema. E se não colocar em votação a gente vai ficar aqui ouvindo porque nós
621 somos educados. Mas, não com conteúdo. Conteúdo da fala dele, foi, é muito válida
622 pra o nosso debate que nós vamos votar agora. Mas a metodologia como a mesa vai
623 utilizar isso, eu tô me sentindo prejudicado. Como outros conselheiros também, que
624 tão, que vão usar a fala e de repente tem que ter o minuto certo pra parar, porque nós
625 /tamo/ atrapalhando. E isso não é bom.

626

627 **Almir** : - É. Eu gostaria de saber se tem mais alguém se sentindo prejudicado?

628

629 Fala fora do microfone

630

631 **Almir** : - É, eu gostaria, como você disse : tem muita gente prejudicada. Eu gostaria
632 que esse conselho se manifestasse. Quem se sentiu prejudicado com a palavra do
633 Rossini?

634

635 **Gandra**: - Não. Não. Não é isso. Eu disse que tá se sentido prejudicado não com a
636 palavra dele, mas com, pela forma, pela metodologia de não ter, por exemplo,
637 sempre, olha só. Se nós resgatarmos as gravações. Sempre eu sou assionado pra parar
638 a minha fala porque eu excedi tempo. Agora eu pergunto: que tempo? Que tempo?
639 Qual é o tempo? Se não tá marcando esse tempo? Então quer dizer que o colega, o
640 colega Neves pode falar uma hora?

641

642 **Almir** : - O conselheiro tá pedindo a palavra.

643

644 **Mariano** : - Eu. Primeiro eu acho que a mesa é... Tá correta no sentido de que a, foi o
645 conselheiro Nóbrega que sugeriu que o conselheiro Rossini...

646

647 Fala fora do microfone

648

649 **Mariano** : - Não. Mas eu quero falar disso.

650

651 **Gandra** : - Não, a minha fala não é isso.

652

653 **Mariano:** - Mas a minha é essa.

654

655 **Gandra :** - Mas o meu questionamento não é esse, de um conselheiro ter usado a
656 palavra. Não. É a metodologia. Nós aceitamos que nós, que...

657

658 **Mariano :** - Não. Mas eu quero falar da metodologia.

659

660 **Gandra :** - Mas não é só ele. Não é só ele. E qualquer um de nós se nós
661 extrapolarmos. Pois não. Eu repasso, porque a palavra tava conosco.

662

663 **Mariano :-** Então foi o pedido do Nóbrega e a mesa concedeu e ele deu as
664 informações importantes sobre as realizações do conselho penitenciário. O que eu
665 acho que a mesa tem que se ater é que essa informação pode ser de cinco, dez
666 minutos e não de quarenta. Eu acho que o conselheiro falou muito. Né? A não ser que
667 nós estabelecêssemos uma pauta pra discutir o sistema penitenciário e aí ele tem
668 quarenta, um minuto pra falar e nós abrimos debate. Então acho que a sugestão dele
669 foi ampliada e aí eu acho que a mesa, nessas situações e que não está na pauta...

670

671 **Almir :** - Sem dúvida.

672

673 **Mariano** : - É falar dez, quinze minutos e não quarenta. É só essa a observação. Mas
674 (não) me senti prejudicado. É só uma observação.

675

676 **Almir** : - Eu também, eu também assumo a responsabilidade com o conselheiro
677 Gandra falou com relação... Opa. Conselheiro Tião.

678

679 **Tião** : - A questão de ordem é a seguinte : Já são dez e dez. Já são dez e dez. Nós não
680 entramos ainda sequer no primeiro ponto. Então a minha questão de ordem é que
681 imediatamente a gente comece.

682

683 **Almir** : - Certo. E eu peço só deferência a essa presidência, que ela tem o direito
684 também, de se posicionar. Eu acredito que eu tenho esse direito. Tá certo. Com
685 relação a interpelar as palavras dos conselheiro, eu no exercício desse, aqui esse
686 conselho é testemunha que a gente não escolhe pessoas. Não foi só o Gandra que a
687 gente pediu pra concluir. Pedimos a vários que tá... Mas pra gente entrar nesse bom
688 senso. É pra gente entrar nesse bom senso, nessa cordialidade, pra que a gente possa
689 conduzir e não tirar também o raciocínio. Pelo menos a gente, nesse aspecto que a
690 gente tem se conduzido. Mas também reconhecemos que temos erros e que vamos
691 tentar acertar, tá certo?

692

693 **Gandra** : - Então presidente. Então uma quest/, por questão de ordem, que seja feito

694 de acordo com o regimento.

695

696 **Almir :** - Sem dúvida. Sem dúvida.

697

698 **Gandra:** - Dá a palavra pro, pro conselheiro. Concede. Nós temos aqui que ter a
699 palavra, mas dentro do critério do regulamento interno nosso.

700

701 **Almir :** - Vamos seguir sim, Gandra. Pode ter certeza.

702

703 **Gandra:** - Sabe por que, presidente? Porque também as pessoas se reescrevem
704 quantas vezes for. Então se tá fazendo uma defesa do tema, olha como é prejudicado
705 outra, a outra parte. Se ele tava vendo a defesa, ele utiliza, ele pede a palavra. Aí ele
706 fala o tempo que ele quiser. Aí alguém vai falar, depois ele pede de novo. E aquele
707 tempo é somado. Se nós somarmos, vai haver uma proposta contrária. Vai ficar em
708 prejuízo e isso, é isso que a gente tá levantando...

709

710 **Almir :** - Nós já entendemos e demos aqui, a mesa reconhece o erro e vai tentar
711 acertar. Vamos para a pauta, que seria o retorno à resolução que...

712

713 **Humberto :** - Só pra questão de esclarecimento...

714

715 Só, só a questão da pauta, deixa eu só fechar uma coisinha com os senhores. Nós
716 temos marcado hoje no período da tarde, uma apresentação sobre o legado dos
717 grandes eventos. Eu combinei com a pessoa que vai apresentar, de estar aqui às
718 dezesseis horas. Pode manter isso? Dezesseis horas vai vim uma pessoa da secretaria
719 especial de grandes eventos fazer essa apresentação sobre o legado dos grandes
720 eventos. Tá? Então às dezesseis horas aqui no...

721

722 **Almir :** - Combinado. Pedimos então a recomendação que eu acho que já tá pronta aí
723 pra poder...

724

725 **Humberto:** - Só um esclarecimento, senhor presidente.

726

727 **Almir :** - Sim, sim Humberto.

728

729 **Humberto:** - A minha solicitação será votada?

730

731 **Almir :** - Eu acredito que na sequencia a gente votaria sim.

732

733 **Humberto :** - Só pra votar né? Porque eu fiz a solicitação de que fosse, de que fosse
734 recepcionado esse, esse nosso, a carta pra que esse conselho encaminhasse ao seu
735 Ministro. Eu acho...

736

737 **Almir :** - A plenária acha agora. A gente pode fazer isso agora?

738

739 **Tião :** - Eu fiz uma proposta que tem haver com a proposta do Humberto, que ao
740 invés de discutir coisas compartimentadas que discutamos a lei geral numa próxima
741 plenária apresentada pelo, pela polícia civil.

742

743 **Almir :** - O conselheiro Humberto concorda com a...

744

745 **Humberto:** - Não. O problema é que já está é... o governo tá fazendo, é, pressão pra
746 votar isso aí, entendeu Tião? Eu só queria. Eu concordo plenamente que eu acho que
747 esta lei, se tratando que isto aqui é um conselho, devia ter vindo pra aqui, pra que a
748 gente possa ver. Agora, é... que não impede que a nossa carta, se entender este
749 plenário, que ela possa ser encaminhado já ao Ministro, mas que eu acho que deveria
750 solicitar o retorno desse projeto de lei a este conselho, pra discussão e
751 amadurecimento. O que não impede, se entender esse conselho, o encaminhamento
752 da nossa carta de São Paulo.

753

754 **Tião :** - Eu só queria fazer um apelo aos companheiros. O seguinte. Isso é no geral,
755 quer dizer, como são categorias envolvidas no mesmo tema, que antes de qualquer
756 coisa que aqui chegasse, buscasse consenso entre elas, né? Pra que não viesse pra cá

757 esse tipo de, de bola dividida, vamos dizer assim. Então a minha sugestão é que ao
758 invés de votar isso agora, que a gente faça todo o esforço possível pra trazer pra cá, a
759 lei, a lei orgânica da polícia civil pra gente discutir no conjunto, né? Ao invés de
760 discutir de maneira comparti/, compartimentada.

761

762 **Almir** : - Conselheiro Gandra, pois não.

763

764 **Gandra** : - Eu gostaria presidente, de apenas ler, até pra todos entenderem, possam
765 entender isso. Seção seis das unidades científica, a proposta do governo que está lá.
766 Artigo dezessete. Constitui unidade científica da polícia civil, sem prejuízos de outras
767 definidas em leis um, instituto de identificação, dois, instituto de criminalista e três,
768 instituto de medicina legal. Parágrafo primeiro, os institutos de identificação, de
769 criminalista e medicina legal são dirigidos pelos ocupantes do cargo de perito da
770 respectiva área. Parágrafo segundo. A unidade que congrega os institutos de que trata
771 o capte é dirigida por perito de polícia. Pronto, ninguém, nenhum delegado pode
772 dirigir. Ninguém mais, somente o perito. Não, não. A questão do perito. Eu sei. Okay.
773 Então é perito oficial. Parágrafo terceiro. Na constituição da estrutura básica, fica
774 ressalvada a competência legislativa do ente federativo. Se ele achar que a perícia não
775 tem que estar lá, tá garantido então. Acho que não tem prejuízo quanto a isso. Agora,
776 eu entendo que eles devem ter um motivo bastante, bastante profundo pra que eles
777 possam trazer essa, e a gente precisa mesmo decidir isso.

778

779 **Almir** : - Okay. Eu pediria aos conselheiros que tomassem seus lugares. E que a
780 gente, se precisar parar um pouco pra gente conversar... é preferível a gente parar
781 porque a gente, se não, sim... eu dou a sua palavra. Porque não tem ninguém. Você
782 vai falar pra ninguém. É melhor retornar os trabalhos e você falar. Porque aí você tá
783 sem quórum. Você vai ficar prejudicado na sua fala. Inclusive todo/....

784

785 **Participante não identificado** : - Bom. Deixa eu só manifestar aqui a preocupação
786 com a recomendação que a gente havia, de ser aprovado...

787

788 **Almir** : - {{ É pra hoje. É pra hoje. A gente vai dar prioridade a ela. Pode ter certeza
789 disso. O conselho, o conselho tá necessitando parar uns cinco minutos. Atenção
790 conselheiro. O conselho tá precisando parar cinco minutos pra poder conversar
791 alguma coisa? Porque a gente precisa dar continuidade. Eu pediria aos conselheiro
792 que estão, é, que se assentem pra que a gente possa deliberar o que tem que ser
793 deliberado. Pra que a gente tenha um quórum. Conselheiro Tião quer fazer uma
794 proposta.

795

796 **Tião** : - Encaminhamento à mesa. É que a gente entre imediatamente na discussão. É,
797 da questão da penitenciária, resolva essa questão e na parte da tarde vai ter o almoço,
798 as pessoas conversam e tal, a gente a esse tema pra, pra deliberar sobre ele.

799

800 **Almir** : - Há consenso. Então pronto. Vamos para, para a pauta. Para a pauta. Vamo/
801 para a pauta. Vamos lá, a:::. eu queria Marcos, o conselheiro Marcos e o Briede, a
802 gente precisa deliberar agora. Sim, a gente, se for o caso a gente pararia um
803 pouquinho. Vamos voltar a isso e a gente para um pouco pra poder articular. Tô
804 sentido que as pessoas precisam articular algumas coisas. Vamos lá agora, vamos sim.
805 Eu disse após isso. Recomendação do sistema prisional. Eu pediria ao conselheiro
806 Neves que já fizesse a síntese, pra gente já ir para a deliberação.

807

808 Fala fora do microfone

809

810 **Almir** : - Sim. Sem dúvida. É o tempo dele. Sim. Apresentação é apresentação. Ele
811 vai apresentar agora.

812

813 Fala fora do microfone

814

815 **Almir** : - Não precisa de tempo.

816

817 **José Neves** : - Vamo/, vamo/ promover a leitura então. Tá. A plenária do conselho
818 nacional de segurança pública, CONASP e MJ, em sua décima oitava reunião
819 ordinária, realizada no dia, nos dias um e dois de agosto de dois mil e doze, no uso de

820 suas competências legais e regimentais conferidas pelo artigo doze do decreto
821 federal, sete mil quatrocentos e treze de dois mil e dez, e pelo artigo quarenta e seis
822 do regimento interno deste conselho e considerando as diretrizes da primeira
823 CONSEG do plano nacional de políticas criminais e penitenciárias do CNPCP e do
824 plano nacional de direitos humanos, PNDH3, considerando ainda as discussões
825 produzidas na audiência pública do sistema prisional, realizada por este conselho no
826 dia treze de junho de dois mil e doze, resolve recomendar ao Ministro da Justiça que
827 fomente a alteração da lei de execuções penais, no que se refere à forma de
828 composição dos conselhos penitenciários estaduais. Conselho nacional de política
829 criminal e penitenciária e dos conselhos da comunidade, visando a democratização
830 das representações. Que seja fomentado pelo Ministério da Justiça, um marco
831 regulatório nacional da profissão de agente penitenciário e criado por ato por senhor
832 Ministro da Justiça, um grupo de trabalho com a participação de representantes deste
833 conselho, para elaborar um estudo a ser apresentado e dentro de um prazo
834 determinado uma proposta para regulamentação constitucional e infraconstitucional
835 da profissão dos agentes de segurança penitenciária no país. Promover discussão de
836 alteração da lei de execuções penais, no que se refere à inclusão da assistência
837 psicológica como direito à saúde, a fim de não reduzir tal atuação à realização de
838 exames criminológicos. Criar uma diretoria de alternativas penais no DEPEN, com
839 orçamento próprio e investimentos necessários para o fortalecimento da aplicação e
840 fiscalização das penas e medidas em todo o estado, em todo o país, promovendo o

841 trabalho integrado entre todos os órgãos ligados à aplicação das penas e medidas
842 alternativas, CNJ, CNMP, CONDEG, Secretarias de Justiça e administração
843 penitenciária e outras secretarias e terceiro setor, de maneira a fortalecer a confiança
844 nesse sistema e ampliar sua utilização. Efetivar aplicação da política nacional de
845 saúde do sistema prisional. Pleno do conselho nacional de segurança pública. É...
846 Agora a recomendação é para os governos dos estados e do Distrito Federal. O capte
847 ali é o mesmo. Que sejam criadas em seus respectivos entes federados , secretarias
848 próprias de administração penitenciária dotadas de infraestrutura de pessoal e
849 orçamento para gerenciar o sistema prisional em cada ente federado. Nomeando para
850 a função de gestores prisionais, pessoas com o perfil condizente com missão
851 institucional de gerenciamento das unidades prisionais e que estes sejam
852 preferencialmente, servidores de carreira. Que sejam criados nos estados e Distrito
853 Federal, onde ainda não houver ?? próprio, onde ainda não houver quadros próprios
854 de carreira de agente penitenciário ou nomenclatura equivalente, especializado na
855 atividade de segurança prisional. E garantir que a vigilância e custódia de preso seja
856 uma prerrogativa exclusiva do estado, evitando a terceirização e militarização do
857 sistema. Criem em seus respectivos estados, corregedorias e ouvidorias do sistema
858 prisional. Que estas sejam autônomas e independentes. Dotadas de estrutura
859 adequada para atender a demanda relacionada à garantia de controle externo, interno
860 e social do sistema prisional. E a garantia de participação social, na execução penal,
861 conforme artigo quarto da lei de execuções penais. Que criem em suas respectivas

862 estados, defensorias públicas dotadas de recursos orçamentários, materiais e
863 humanos, suficientes para o exercício de suas atribuições em todas as cidades,
864 garantindo a presença junto às unidades prisionais em atenção ao, e por suficientes.
865 Que garanta acesso às informações decorrentes do sistema prisional dos respectivos
866 estados, tais como: capacidade de cada unidade prisional, lotação, especificidades da
867 população carcerária, receitas e despesas financeiras, dados detalhados de óbitos,
868 denúncias de tortura, recursos do FUNPEN, alimentação, etc... Fomentar a ampliação
869 do uso de mão de obra do encarcerado em condições dignas de remuneração e
870 trabalho. Com a devida qualificação nos diversos serviços prestados ao próprio
871 sistema. Ao próprio sistema. Plenária, pleno do conselho nacional de segurança
872 pública e Ministério da Justiça.

873

874 **Almir** : - Agradecemos ao conselheiro José Neves pela apresentação e vamos abrir a
875 plenária para tratar da resolução. Conselheiro Éder com a palavra.

876

877 **Éder** : - Mais uma vez, bom dia a todos e a todas, e atendendo ao meu amigo
878 Mariano, conselheiro Éder. Da ANASPRA. Ou Neves, perfeito. Eu só queria entender
879 é, o que se quis dizer nessa recomendação aos estados, a militarização do sistema. O
880 que que é isso? Eu não entendi. Só pra esclarecimento. Porque a menos que esteja ??
881 pra os presos, pondo farda neles, aplicando pena refletiva de liberdade.

882

883 **José Neves** : - Bom. Bom...

884

885 **Éder** : - Porque se for cuidar de preso, se for contrário a... É só pra entender mesmo,
886 porque....

887

888 **José Neves** : - Vale a pena informar, primeiro que a gente tem, tradicionalmente, uma
889 estrutura militarizada né? Onde quem, na maioria dos casos, quem assume as
890 direções de presídios são os oficiais aposentados da polícia militar, né? Essa é uma
891 primeira questão. Nós temos um exemplo, por exemplo, no estado do Rio Grande do
892 Sul, onde dois presídios são, todo ele é administrado pela brigada militar. Então, tão
893 grave quanto, quase tão grave quanto terceirizar o, a administração do sistema
894 prisional, é deixar ele sobre comando das brigadas militares e também sobre o
895 comando de profissionais da polícia militar, atuando na gestão dos presídios.
896 Basicamente seria isso.

897

898 **Éder** : - Tá. Então eu sugiro que, porque o militarizar é um termo muito abrangente.
899 Então seja específico. Que não seja é... Dirigido por policiais militares e aí não tem
900 problema, entendeu? Porque o militarizar tá dando a entender que há estrutura
901 militarizada dentro do presídio. Não é isso que vocês querem dizer. Então seja
902 específico, não é o problema. Não contesto isso não. Não contesto, concordo com
903 vocês, só que fica militarizado, fica parecendo o quê? Que tá levando o regime

904 disciplinar pra lá. O ?? é a pena restritiva de liberdade que tá sendo imposta a ele. Tão
905 usando fardamento, tem que prestar ordem unida, então... Seja específico, não tem
906 problema nenhum. É só pra ser específico.

907

908 **Participante não identificado** : - Só completando um pouco a fala do Neves. Nós
909 temos outros problemas com relação a isso. Nós temos por exemplo, em vários
910 lugares, que faz a escolta dos presos para, para a saúde, para as audiências, para
911 outras coisas, ?? a polícia militar. Quem faz a guarda externa. Aquela guarda externa
912 toda, inclusive de guarita etc., é a polícia militar. Que a gente defende que tem uns
913 agentes próprios dentro do corpo de agentes pra fazer isso. Além do que, tem uma
914 coisa muito grave, uma coisa muito grave que a gente denuncia sistematicamente.
915 Diante dessa ruína e desse, dessa falência completa do sistema, o sistema usa a
916 polícia militar, para, vamos dizer assim, dar o cala a boca nos presos. Então vamos
917 dizer assim, chama a policia na hora de, de um pequeno motinho, ou de um motinho
918 grande e eles devassam completamente a unidade, as celas, quebram as coisas dos
919 presos, espancam, fazem... E vão embora encapuzados, eles não tem se quer
920 identidade, entendeu? Então essa desmilitarização passa por muitas questões,
921 entendeu? Muito sérias.

922

923 **Almir** : - Conselheiro Bride.

924

925 **Bride :** - Bom. Bom dia. Conselheiro Bride da ??Brasil. É... Eu acho que aqui caberia
926 uma técnica de legislação ou de tomada de decisão. Como colocar a expressão
927 militarização ali, eu quero, eu gostaria de saber, ao invés de, que todos os exemplos
928 até agora dados, ao invés de, o problema não é ser militar. O problema é que ao invés
929 de ter um policial militar na gestão, querem alguém do quadro de carreira. Então que
930 se coloque que a direção deve ser alguém do quadro de carreira, ao invés de. Porque a
931 discriminação porque qualquer outra pessoa, qualquer outra pessoa da população, ser
932 diretor do presídio e vedar isso ao policial militar. Somos tão preparados quanto os
933 outros. Quando fala em escolta ou guarda de muralha, ?? não tem interesse em ficar
934 lá. Esse é um problema, é um pepino desgraçado. Nós não gostamos disso. Querem
935 fazer, agora, não é por ser militar que não podemos fazer. Agora, não esqueçam a PM
936 tem uma lei orgânica. A lei oito meia, meia sete tá lá. Tá valendo ainda. Não foi
937 revogada e nessa lei orgânica diz que isso é missão pra fazer. Tá? A lei manda fazer.
938 Não que nós gostamos e queremos fazer. Trabalhar em presídio é encrenca. Não
939 gostamos disso. Um motim é motim conselheiro. E quando chamam a PM, é porque
940 tem um problema pra ser resolvido. Engraçado que militar é ruim, mas na hora do
941 problema, quer que chamam a PM. Aí vai lá resolver o problema, aí somos ruins? O
942 problema é o sistema e eu não escutei ninguém falar do governador que é responsável
943 pelo sistema. Todo mundo bate na PM, ninguém bate no governador que manda na
944 PM. Todo mundo bate no sistema e não diz quem é responsável pelo sistema. ? É
945 fácil bater na PM. Eu escuto todo mundo bater na PM. A PM é ruim, a PM atira.

946 Engraçado. Tem mazelas iguais ou piores nas outras polícias. E ninguém fala. Só que
947 é fácil bater. Estão acostumados que a PM não reage. Tão acostumados que a PM fica
948 quieta, que todo mundo bate. Eu não entendo isso. Então essa militarização ali pra
949 mim, soou até como ofensivo pra categoria de militar estadual. Não é pela razão de
950 nós sermos militares que nós somos melhores ou piores que ninguém. Somos apenas
951 diferentes. Usamos farda e temos um regulamento. Agora não esqueçam, atrás da
952 farda de cada um, é um ser humano que tá lá que nasceu da mesma sociedade civil
953 aqui representada. Eu vim da mesma sociedade que os senhores. Meu pai costuma
954 dizer : meu filho, tu é tão marxista quanto tua mãe te ensinou a sê-lo. Eu fui criado
955 por ela, então eu sou tão autoritário quanto a sociedade me ensinou a ser. Os freios
956 que eu tive foram a academia da polícia militar porque eu era muito pior quando tava
957 do outro lado, na universidade. Eu saí de uma universidade federal pra entrar na PM
958 com o novo vestibular e era militante estudantil. E os freios quem me colocou foi a
959 PM. Se eu fosse na PM o que eu era como líder estudantil, aí sim, a coisa seria muito
960 diferente. Então eu solicito, quando os conselheiros falarem em militar e
961 militarização, que pense que atrás dessa palavra tem uma série...

962

963 **Almir** : - { { Já deu os três minutos. Obrigado...

964

965 **Bride** : - de pessoas, tá? Não somos bonecos e nem robôs. As nossas academias não
966 nos ensinam a matar, nem a torturar e lembrem-se. ?? não foi no porão de quartel.

967 **Almir** : - Conselheiro Bride, já passou os três minutos.

968

969 **Bride** : - As torturas, a tortura do regime militar foi nos porões de delegacias.

970 Delegado Freuri não era oficial da polícia...

971

972 **Almir** : - Conselheiro Gandra. Tá aqui a ordem. Você levantou agora. Logo após.

973 Ah...

974

975 **Gandra**: - {{ Eu queria, eu queria fazer uma consulta ao, ao, por uma questão de

976 esclarecimento ao conselheiro Neves, se havia a possibilidade da gente incluir

977 também nessa recomendação, a, a retirada imediata dos presos que estão, que não

978 estão sob a custódia dos agentes penitenciários.

979

980 Fala fora do microfone

981

982 **Gandra** : - Não. Levar pra os presídios. Criar ou fabricar ou construir, não sei o

983 que... Mas deixar sobre as custódia de quem está treinado para fazê-lo. Até para o

984 bem e pela, pelas questões mesmo, dos direitos humanos dos, dos presos. Porque eles

985 estão lá. Você sabe que na delegacia do Ceará foi feito lá, os defensores públicos

986 foram lá e já fizeram uma recomendação pra o governador, pra que retirasse

987 imediatamente. Caso contrário, não... Bom. É isso amigo,

988 **Almir :-** Okay. É... Conselheiro Ribamar.

989

990 **Ribamar :** - Vamo/ recuperar o passo que nós demos desde a audiência pública.

991 Aqui, essa recomendação, ela não se propõe a ser exaustiva. Ela não vai nem poderia

992 ter a tentação de pautar todos os temas circundantes do sistema prisional. Haverá

993 outra, vamo/ propor outra audiência sobre alguns dos outros temas que aqui tão sendo

994 tratado. Primeiro, segundo. Foi feito uma opção uma metodológica de ontem pra

995 hoje, de estratificar aquilo que seria ao governo federal, nós nos reportarmos ao

996 Ministro da Justiça. E aquilo que seria aos entes federados, nós nos reportamos aos

997 governos estaduais. E assim está essa metodologia. Por uma opção da Câmara, nós

998 tiramos aquelas citações do::: PNDH3, da, que nós só fizemos um enunciado e da

999 CONSEG porque todos nós /tamos muito em mente fresca sobre isso. Essa é a

1000 segunda coisa, a terceira. Nós, se bem entendi, se nós tivermo/ enganado, nos

1001 corrijam, nós quase que pré aprovamos alguns pontos que estavam, pontos que

1002 estavam aqui ontem. A nossa missão de ontem pra hoje, foi dar um formato da

1003 recomendação que pudesse mais facilmente ser assimilado e aprovado. Lacunas

1004 existem desde o primeiro momento. Como lacunas existem em outras recomendações

1005 que aqui se aprovaram. Porque elas podem voltar sobre outros temas. O tema

1006 mentali/, militarização, aí pondo a, a, cada qual no seu quadrado, né? Ali o que nós

1007 fizemos, se tropeçamos nas palavras, vamos corrigir. Tem uma proposta concreta que

1008 eu acho que ninguém se opôs a ela. Não é? Mas ali, pelo contrário de atacar os

1009 militares, nós /tamos querendo preservar os militares dum, dum clássico problema,
1010 que é o desvio de função. Onde eles estão impostos em desvio de função e todo
1011 desvio de função é um convite para um desvio de comportamento. Um desvio de
1012 finalidade. Toda natureza de desvio. O que nós estamos ali alertando e é
1013 exemplificativo, é situações onde militares estão em desvio de função e estando em
1014 desvio de função, estão tropeçando em armadilhas mil, do desvio de finalidade e
1015 faltando na rua, onde eles precisariam e deveriam tá sendo melhor utilizados. Então
1016 aquilo ali, longe de ser ofensivo na sua pretensão, na sua pretensão. Longe de ser
1017 ofensivo aos militares, ele que ser uma defesa do papel constitucional dos militares.

1018

1019 Fala fora do microfone

1020

1021 **Ribamar** : - Ele usou um exemplo, talvez não o mais, o mais... O Genésio falou
1022 tantas vezes de brigada militar, brigada militar. O efetivo que devia estar em outra
1023 missão, está em desvio de função. Então, aqui ?? sobre esse termos. É... eu vou aqui,
1024 vender uma, uma contradição pra ser bem transparente nas nossas relações. A Simone
1025 estava falando e nos chamou a atenção de reunião que nós tivemos até o último
1026 momento, porque esse, todas essas emergências e esses conflitos, até na própria
1027 Câmara tem dificuldade de se assimilar. Então qual é a opção metodológica e política
1028 gente? nós /tamo/ aqui pra apreciar aquilo que conseguiu ser depurado desda
1029 audiência pública desse conselho, até os dias de hoje. Lacunas existem. Vamos pautar

1030 outros temas. Vamos pautar outros temas que precisam ser igualmente e
1031 exaustivamente debatido, para virar recomendação.

1032 **Almir** : - Okay. Os três minutos...

1033

1034 **Participante não identificado**: - A minha é questão de ordem. Eu acho que esse
1035 tema... Eu acho que essa resolução foi superada ontem, que o encaminhamento do
1036 Tião, poderá, poderia até o Tião esclarecer, foi pela aprovação dessa resolução e nós
1037 votamos e aprovamos a resolução ontem. O que ficou, foi daqueles conselheiros que
1038 não foram contemplados. Não se sentiram contemplados nessa resolução, construir
1039 outros textos que abordassem outros aspectos e nós fiz/... Então seria outra resolução.
1040 Porque, realmente é uma pretensão muito grande, nós, nós é... Queremos aqui fazer
1041 uma resolução que aborde todos os aspectos do sistema prisional. Isso foi, foi
1042 decidido ontem. Salvo o engano.

1043

1044 **Almir** : - Nós, nós temos... Nós temos que... Todos usaram da palavra, inclusive o
1045 conselheiro Marcos. Eu acredito que a gente deveria continuar cedendo a palavra aos
1046 conselheiro para que ele possa manifestar o seu pensamento. Não. Tá aqui escrito. Tá
1047 todo mundo inscritos. Pedro agora... Então a, o próximo depois de Ribamar será o
1048 conselheiro Pedro. Em seguida Élder. /tamo/ marcando aqui, os três minutos, tá
1049 certo? Estamos marcando como foi combinado. Pera aí. Pera aí. O conselheiro Pedro,
1050 pode falar depois. Passamos para o conselheiro Agadeilton. Pedimos desculpa a ele,

1051 porque não percebemos ele pedir primeiro.

1052 **Agadeilton :** - Não. Eu entendo que a mesa não tem trinta olhos pra ver cada um ao
1053 mesmo tempo. Eu entendo isso mas, acho que é por isso que seria importante a, a
1054 secretaria, a estrutura aqui, auxiliar nessa marcação de ordem né? Porque... Não. Eu
1055 virei e levantei a mão. Mas tudo bem. Eu tô perdendo tempo pra explicar o que não
1056 precisa ser explicado. Já foi corrigido o erro. Obrigado mesa. É, eu acho assim, vou
1057 pedir aos conselheiros que a gente tente ser é... Positivista, vamos dizer assim, vamos
1058 ajudar a melhorar o texto. Tem alguma coisa errada? Então sugestão de redação pra
1059 melhorar. Se a gente ficar discutindo, discutindo aqui é... Temas que estão
1060 colocados aí, a gente não vai conseguir finalizar, né? Essa pauta. Foi consensuado
1061 ontem que a gente tinha o impeto de aprovar, mas tem que ter a redação final e a
1062 redação, se necessário, tem ser ajustada e é isso que a gente tem que fazer agora.
1063 Então pra ser objetivo, eu proponho como ajuste na redação, logo no início. Eu acho
1064 que a recomendação deve ser ao Ministério da Justiça, não só ao Ministro. Ao
1065 Ministério. Toda a estrutura do Ministério. E aí cada um dentro das suas
1066 competências. O que for da SENASP, o que for do DEPEN, o que for de cada
1067 diretoria, departamento, secretaria, ligada ao Ministério. Então ao Ministério da
1068 justiça e não ao Ministro. Lógico que quem representa o Ministério é o Ministro.
1069 Depois é... onde tem aí a referência à pessoas, né? Eu acho que fica melhor, se eu não
1070 me engano, no item quatro, pessoas... Na hora de indicação, indicar pessoas. Eu acho
1071 que fica melhor profissionais em vez de pessoas, né? Indicar profissionais

1072 qualificados. É... Em cada federação, nomeando para a função de, de... Profissionais
1073 com perfil e nessa, nesse item segundo aí, da militarização, eu também tenho uma
1074 sugestão pra talvez, é:: dirimir essa, esse, essa justa reclamação dos, dos profissionais
1075 das polícias militares e guardas e brigadas e o nome que tenham. Valorosos
1076 profissionais, diga-se de passagem. É que, é, vamo/ la. É... Depois de especializado
1077 na atividade de segurança prisional e garantir que a vigilância e custódia dos presos
1078 seja prerrogativa exclusiva dos profissionais, dos profissionais agentes penitenciários.
1079 Que do estado já é... quando o estado... Isso é uma atividade do estado. Agora,
1080 quando ele terceiriza, ele só tá fazendo uma espécie de concessão, mas é sempre
1081 prerrogativa do estado. Mas acho que é melhor ficar específico. Dos profissionais
1082 agentes penitenciários do estado, evitando a terceirização e a gestão, a gestão do
1083 sistema e a gestão do sistema penitenciário, prisional, no caso, seja exercida
1084 preferencialmente pelos integrantes da carreira... Pelos integrantes da carreira. Já
1085 falou da carreira de agente penitenciário, então... Acho que esse é o espírito...

1086

1087 **Almir** : - Okay. O tempo acabou.

1088

1089 **Agadeilton** : - É o que se quer. Okay?

1090

1091 **Almir** : - Obrigado aí pela... Okay.

1092

1093 **Agadeilton :** - Então essa é a minha contribuição. Obrigado.

1094

1095 **Almir :** - Conselheiro Élder. Pedro fa/... Ah, é Pedro. Pedro que deu a palavra.

1096 Desculpa Pedro.

1097

1098 **Pedro :** - Bom. A primeira coisa é... Eu tenho uma sugestão. Que o item sobre a
1099 efetivação do plano nacional de sistema prisional, ele seja uma recomendação não
1100 para o Ministério da Justiça, mas para os governos estaduais e distritais, já que o
1101 problema da efetivação esteja nos estados.

1102

1103 **Almir :** - Anita, já coloca pra...

1104

1105 **Pedro :** - A segunda questão. Eu tenho uma sugestão de um item que seria mais ou
1106 menos assim. Promover e defender os direitos humanos das pessoas presas, além de
1107 fomentar um plano nacional de enfrentamento e combate à tortura.

1108

1109 **Almir :** - E qual item aí Pedro? Um acréscimo?

1110

1111 **Pedro:** - É... Um acréscimo.

1112

1113 **Almir:** - Certo. Nos... Quinto. Sexto. Sétimo.

1114

1115 **Pedro:** - E uma outra...

1116 **Almir :** - Pedro. Re/... Por favor.

1117 **Pedro:** - Promover e defender os direitos humanos das pessoas presas, além de
1118 fomentar um plano nacional. Um plano, né? Um plano nacional de enfrentamento e
1119 combate à tortura.

1120

1121 **Almir :** - Um plano. Ou...

1122

1123 **Pedro :** - É... Um. Porque na verdade ele ainda não existe. Então, de fomentar a
1124 efetivação do plano nacional. E uma outra questão, que foi o que o Gandra levantou,
1125 que poderia ser algo como: garantir que os presos provisórios sejam incluídos
1126 exclusivamente nas instituições relativas ao sistema prisional. É algo parecido com
1127 isso.

1128

1129 **Almir :** - É outro item?

1130

1131 **Pedro:** - É, que seria um item que foi o que o Gandra levantou. Né? Que o problema
1132 dos presos provisórios ainda nas...

1133

1134 **Almir :** - Garantir que os presos provisórios sejam incluídos...

1135

1136 **Pedro** : - Exclusivamente....

1137 **Almir** : - Exclusivamente...

1138

1139 **Pedro**: - Nas instituições é, referenciadas ao sistema prisional. Algo parecido com

1140 isso, né? É... Em órgãos do sistema prisional. Algo assim. É, uma sugestão que é pra

1141 melhor, né? Só pra poder sair da ideia e...

1142

1143 **Almir**: - Tranquilo.

1144

1145 **Pedro**: - ... ir pra o papel.

1146

1147 **Almir** : - Okay. O conselheiro Élder.

1148

1149 **Élder** : - Eu, eu vou ser breve. É... Eu ach/, eu acho. Eu penso, na verdade de que

1150 existem algumas questões específicas, que dizem respeito à realidade das pessoas

1151 presas, que precisavam estar nesses, nesse texto aí, de maneira mais evidente. Mas eu

1152 estou entendendo que o trabalho da Câmara foi um trabalho mais genérico. Pelo

1153 menos no que diz respeito às pessoas presas, mas eu gostaria de complementar essa

1154 proposta do conselheiro Pedro, o item sete de promover os direitos humanos às

1155 pessoas presas e aí exemplificar algumas, alguns dos direitos que estão sendo

1156 negligenciados, né? É o direito ao voto, é o final, o fim da revista íntima. O direito à
1157 religiosidade e a questão da visita íntima, revista não vexatória, então, colocar alguns
1158 exemplos de, de direitos que estão sendo negligenciados. E a outra questão. Eu acho
1159 que falou muito pouco a respeito da ressocialização, né? A preocupação (pros
1160 regressos). Tem um item aí que trata das alternativas penais, que vai criar um
1161 mecanismo pra acompanhar, pra estimular, não entendi muito bem. As alternativas
1162 penais... eu gostaria de ver a possibilidade de criar uma diretoria de alternativas
1163 penais no DEPEN. Não sei se o DEPEN tem uma direito... Já existe uma diretoria
1164 de, que discute a questão da ressocialização. Então eu não sei se a proposta seria criar
1165 uma diretoria de alternativas penais e ressocialização, tá? Sobretudo falando dos
1166 jovens né? Que saem do:: sistema prisional e não tem perspectiva e acabam é... em
1167 sua maioria, reincidindo. Então eu acredito que essa diretoria aí, poderia ser
1168 aplicada, para além de discutir as alternativas penais, também discutir a
1169 ressocialização, a reinserção dos regressos na sociedade. É isso.

1170

1171 **Almir** : - Okay. Fui anotado Anita? Deu pra... E aí a gente... Conselheira Eliana.

1172

1173 **Eliana** : - O item que tem *terceiro setor*, eu queria sugerir a mudança pra *sociedade*
1174 *civil*.

1175 **Almir** : - Com a palavra, conselheiro... Já Eliana? Conselheiro Mariano. Ele tá
1176 retirando. Em seguida a conselheira Célia. Que seria a próxima.

1177 **Célia:** - Bom. Eu tenho duas ordem de observação. Se eu tô levando em
1178 consideração, todas, os esclarecimentos que já foram feitos a respeito da construção
1179 de recomendação que nós podemos fazer essa e podemos fazer outras
1180 complementares, etc... Eu acho que a gente tem esse debate, alguma coisa de muito
1181 importante, é de como nós estamos advertidos, pelos menos pras próximas
1182 recomendações. Isso eu tô dizendo porque eu acho que o texto, o teor, né? Dessa...
1183 Ou mesmo o escope dessa proposta aí, não dá conta daquilo que a gente discutiu
1184 ontem, né? O que tá, primeiro que a gente sabe que só existe lei se tiver condições de
1185 uma cobrança, portanto, a questão das tarefas da sociedade civil quanto à
1186 exigibilidade dos direitos, é uma tarefa hercúlia, né? Enorme. Porque só existe
1187 segurança cidadã e justiça social, quando essas condições forem realmente viáveis.
1188 Do ponto de vista da contribuição à isso que está já acordado, num é? Uma, uma
1189 recomendação deve ser realmente feita. Esse, esse coletivo do conselho já aprovou
1190 sua oportunidade, viabilidade de fazer, então não tem mais o que contestar. Mas eu
1191 me pergunto, a partir da proposição feita por Pedro, que é de garantia dos direitos
1192 humanos, eu me pergunto: se isso, no lugar de ficar no fim como sétimo, não seria a
1193 primeira consideração da recomendação, porque me parece que toda e qualquer
1194 adaptação do sistema conforme estão propondo aí, um conjunto de medidas, elas
1195 devem ser feitas em função exatamente, quer dizer, elas são é... Oportunas, eficientes,
1196 mas ou menos em função dessa condição de garantir... Porque garantia de direitos
1197 humanos é direito fundamental. Tá na constituição, num é? Então eu não sei porque

1198 ela fica no sétimo. No lugar de ficar no primeiro.

1199

1200 **Almir** : - A conselheira pode sugerir que vá para o primeiro. A conselheira sugere
1201 isso? Então a conselheira sugere que o item sete vá para o item um. É uma sugestão.
1202 É... O conselheiro André.

1203

1204 **André** : - Bom dia a todos e todas. É, bom... Vou ser super breve também. Uma
1205 observação bem pontual, sobre a recomendação ao Ministério da Justiça, no item um,
1206 que agora virou dois. É essa, não? Não, essa é do governo estadual... É governo... Do
1207 Ministério da Justiça. É, no item um, onde diz né : *visando a democratização das*
1208 *representações*, talvez fosse melhor ser um pouco mais específico no que quer dizer
1209 isso, né? A gente sabe, mas não é óbvio num documento político. Então é importante
1210 colocar : *garantindo a participação da sociedade civil e dos trabalhadores na área*,
1211 nesses espaços. Bom. E uma outra observação mais de cunho geral, que eu acho que
1212 também já é ponto pacífico aqui, é que tá muito claro pra todo mundo, que a
1213 aprovação da recomendação tá garantida, né? Mas eu acho que as falas e as
1214 argumentações que surgiram aqui, além de contribuir pra construção dela, né?
1215 Qualifica um pouco o debate e eu acho que é uma, num é nenhum entrave, não é
1216 nenhum atraso aqui na nossa agenda, né? E acho que é um tema muito sensível,
1217 muito delicado e ?? que a gente não tem a pretensão de ser exaustivo, eu acho que
1218 não tem problema nenhum, num documento que não operacional, mas é político é?

1219 Um documento no qual o CONASP manifesta a sua posição política. Então é... Me
1220 sinto super contemplado pelos itens que o Pedro sugeriu e pelas emendas que o Élder
1221 colocou, num é? E pela, pela, pelo ponto que a Célia defendeu aqui.

1222

1223 **Almir** : - Conselheiro Geraldo.

1224

1225 **Geraldo** : - É... Eu gostaria de me reportar à questão, do, do item que fala ali da
1226 desmilitarização.

1227

1228 **Participante não identificado** : - Da militarização.

1229

1230 **Geraldo**: - Da militarização. O negócio é o seguinte. É... Há recomendações em
1231 diretrizes emanadas da ONU e as diretrizes nacionais também para a questão das
1232 políticas do sistema penitenciário, de que militares não devam assumir a gestão das
1233 unidades prisionais. Quem prende não deve cuidar, na perspectiva da ressocialização.
1234 Então isso são recomendações internacionais e nacionais das diretrizes. Inclusive
1235 emanada do conselho nacional do ?? criminal e penitenciário. E a gente percebe e
1236 essa questão de ser da reserva ou não da reserva, não muda nada. É a questão da
1237 filosofia, da concepção, né? Quando, quando o sistema está muito agitado nos
1238 estados. Quando se agita muito o sistema, os governos põe os militares na... Tira os
1239 diretores outros e põe os militares. Isso acontece no país inteiro, isso. Quer dizer,

1240 crise, aí crise se combate com força. Entendeu? E põe lá os militares. ?? agora nós
1241 temos um problema interessante. São Paulo tá, assim, começando a, a ver crises
1242 assim aparecendo na polícia. Inclusive sendo colocado, inclusive na própria imprensa
1243 nacional. Aí a gente vê nas subprefeituras de São Paulo, mais de dois terços são, hoje
1244 são assumidos por, por oficiais da polícia militar. É um negócio muito sério. É um
1245 negócio que merecia um estudo profundo disso, entendeu? E uma intervenção até...
1246 Então gente, essa questão da militarização tem um fundo profundo na questão da
1247 gerência do sistema ?? E tem sido uma luta de todo mundo dos direitos humanos. Era
1248 isso que eu queria falar.

1249

1250 **Almir :-** Conselheiro Tião.

1251

1252 **Tião :** - Sem entrar nas questões que estamos chegando na lateral do, do tema
1253 específico. Eu acho que não é ponto de discussão aqui, a questão da polícia e
1254 militarização ou não. É. Queria propor que, me parece que houve um certo consenso
1255 nas emendas feitas aqui. Não há nenhuma grande questão que altere
1256 significavelmente o texto. Então eu queria encaminhar à mesa que a gente votasse em
1257 bloco, as sugestões feitas e a gente concluísse esse ponto.

1258

1259 **Almir :** - A conselheira Ana Paula, logo em seguida das palavras dos conselheiro, a
1260 gente faz o encaminhamento que o... Já tá tudo anotado ??, tá? Tem inscrito antes.

1261

1262 **Ana Paula:** - É. Bom. Bom dia. É, são duas coisas que eu gostaria de expor aqui. É...
1263 Uma. Eu concordo com o Geraldo, da pastoral carcerária aqui, representando. Que
1264 essa questão da militarização é para além do profissional e da, e do preconceito que
1265 se possa ter sobre a atividade da polícia militar, ou da, ou da... O que ela faz na área
1266 de segurança pública. É exatamente uma luta histórica da área de direitos humanos
1267 junto ao sistema prisional, exatamente em favor da LEP, que é a lei brasileira que é
1268 visionária em termos mundiais, em termos de ressocialização e ela não consegue ser
1269 aplicada diante da nossa realidade brasileira, que ainda é cultural. É uma mudança
1270 radical que nós temos que fazer e tem que ficar patente, concordo, que o termo
1271 militarização seja mantido no texto original. Porque é para além do que... Não vamos
1272 esconder o que existe. A luta da instituição da carreira de agente penitenciário é com
1273 viés de ressocialização de quem cuida não é o mesmo que prende. E pra nós é
1274 importante que fique caracterizada questão da ausência da militarização do sistema,
1275 sim. E Geraldo, praticamente todo secretário de administração penitenciária do país
1276 hoje, são coronéis da polícia, da polícia militar. Então assim, é cultural. Nós temos
1277 que fazer uma mudança radical realmente nessa, nessa questão. E aqui, pra
1278 informação pro conselheiro que falou aqui. Existe o plano de ações integradas de
1279 prevenção e combate à tortura no Brasil, desde dois mil e sete. E ele está sendo
1280 tocado pela secretaria de direitos humanos e inclusive esse tema faz parte do plano de
1281 ações integradas para a prevenção e combate à tortura. Está no plano nacional e é um

1282 dos temas que, que está dentro das ações que devem ser conduzidas pelo, pelo Brasil.
1283 Um outro ponto que eu queria colocar é que, para além de falar dos meios de controle
1284 externo e social garantir, existe o projeto dois, quatro, quatro, dois, barra dois mil e
1285 onze, no Congresso Nacional, que está criando o sistema nacional de prevenção e
1286 combate à tortura, que cria, institui o comitê nacional de combate, de prevenção e
1287 combate à tortura e cria um mecanismo preventivo nacional, que é o órgão que vai
1288 fazer as visitas e o monitoramento das unidades de privação de liberdade no país.
1289 Então, para além de, da gente garantir isso, é... Esse projeto de lei, ele é uma das
1290 prioridades da, da:: secretaria de direitos humanos. É uma das, e inclusive do próprio
1291 Ministério da Justiça e é... Quem sabe, talvez, a gente poderia avançar e garantir que
1292 fique explicitado a necessidade do comitê nacional e do mecanismo preventivo
1293 nacional. Que seja instituído por meio dessa lei. Inclusive a previsão de recursos
1294 orçamentários para o sistema nacional. Eu tô falando isso porque eu sou a
1295 coordenadora geral de prevenção e combate à tortura, então acho isso seria ??.
1296 Poderia falar mais.

1297

1298 **Almir** : - Okay. Conselheiro Mariano.

1299

1300 **Mariano** : - É... Eu não iria me inscrever, mas como entrou de novo esse tema da
1301 militarização, eu queria fazer aqui uma, uma reflexão. Primeiro que eu concordo com
1302 a sugestão do conselhe/, conselheiro Agadeilton, de tirar o termo *militarização* e ficar

1303 lá *gestão do sistema*, preferencialmente, pelos *integrantes da carreira de agente*
1304 *prisional*. Primeiro que eu também sou a favor de que, quem prende não cuida de
1305 preso. Mas não é só PM que prende. Polícia Civil também prende. Né? E como no
1306 Brasil há uma característica de nós não termos ciclo completo da atividade policial. A
1307 poli/, as polícias civil, civis dos Brasil inteiro, tem unidades tão ostensivas e
1308 repressivas como a PM, num é? O que que é o GARRA? O que que é o GOI? Num é?
1309 Então, tá quase meio a meio nos estados, de quem prende. Então isso aí serviria pros
1310 dos nessa lógica levantada pela conselheira da ONU, que eu concordo, de quem
1311 prende não pode cuidar de preso. Mas não é só militar que prende no Brasil, né?
1312 Então essa é a primeira questão. E o conceito militar é mais amplo de que tem um
1313 diretor coordenando o presídio, né? Amanhã nós vamos ter o, uma audiência pública
1314 sobre desmilitarização da polícia militar e vai ver que tem quatro, cinco, seis, sete
1315 temas dentro desse, desse tema amplo, que não cabe diretor de presídio. Então a gente
1316 minimiza o debate de militarização com essa questão. Acho que não tem que ser
1317 diretor de presídio, delegado da polícia federal, delegado da po/, da polícia civil, né?
1318 Dele/, policial rodoviário e coronel da polícia militar. Ninguém do setor de segurança
1319 pública. Acho que essa é a linha que, que deve nortear aí a, a reflexão quando a ONU
1320 diz de que quem, a orientação de *quem prende é...* não deve cuidar de preso. A outra
1321 coisa, e aí dialogando direto com o conselheiro Geraldo. O atual prefeito de São
1322 Paulo, das trinta e sete subprefeituras que tem em São Paulo, trinta e uma delas são
1323 dirigidas por coronéis da PM aposentados. Isso não tem nada de militarização, isso é

1324 uma decisão política do prefeito. Até porque a subprefeitura não vai desmilitarizar. Lá
1325 tem... é uma atividade evidentemente pública, civil, né? Administrativa e que ele
1326 optou de colocar quase cem por cento de coronéis da PM aposentados, né? Se, se
1327 fosse é... Policiais coronéis da PM da ativa, aí poderia discutir uma interferência
1328 maior da polícia militar sobre essa questão, porque são servidores da ativa, que fez
1329 uma negociação do governo do estado, pra assumir função civil na prefeit/. São todos
1330 aposentados. É uma decisão pessoal do prefeito, de colocar quase cem por cento de
1331 oficiais coronéis da PM, na sua prefeitura. Acho um equívoco, mas é decisão
1332 política. Isso não tem nada haver com militarização. Isso tem haver com a vontade
1333 política do prefeito Cassabe.

1334

1335 **Almir** : - Os três minutos já...

1336

1337 **Mariano** : - De escolher quem é o, o aposentado que vai tá lá, né? Agora é cem por
1338 cento. Tava em noventa, chegou a cem por cento. Evidentemente que os próximos
1339 prefeitos vão fazer uma outra reflexão disso. Só quero deixar claro que não tem nada
1340 haver as subprefeituras se dirigir por todos, cem por cento por oficiais aposentados,
1341 ter relação com militarização. Por isso que eu acho que a colocação do Agadeilton
1342 deixa claro que a prioridade é que tenha um setor próprio do sistema prisional...

1343

1344 **Almir** : - Conselheiro...

1345

1346 **Mariano** : - Eu tô concluindo. E que não tenha ninguém do setor de segurança
1347 pública estadual ou federal, cuidando de presídios. É essa a ideia mais ampla que eu
1348 acho que o texto do Agadeilton propõe.

1349

1350 **Almir** : - Em seguida é o conselheiro Zé Neves, ele não tá aí. Nós passamos para o
1351 seguinte. É o conselheiro Kleber.

1352

1353 **Kleber** : - Bom dia a todos. É... Eu gostaria de aderir à manifestação do conselheiro
1354 Benedito Mariano, no sentido de que aquele que prende não tem que participar da
1355 custódia de preso. E eu aproveito aqui pra denunciar uma situação e eu acho que esse
1356 conselho em algum momento vai ter que debruçar sobre esse tema e se possível
1357 também, aprovar uma resolução, uma recomendação, ou que o valha, no sentido de
1358 que as delegacias de polícia do Brasil não devem mais continuar abrigando presos.
1359 Os governadores tão desrespeitando as nossas instituições e desrespeitando também a
1360 sociedade sistematicamente. Há um claro desvio de função das atividades de polícia
1361 judiciária nos estados. Nós mantivemos contatos recentes com diversos chefes de
1362 polícia. E eles dizem que não tem a menor condição de deflagrar uma operação,
1363 porque se não vão entupir mais ainda as suas delegacias de preso e eles usam quase
1364 que a totalidade de seus recursos humanos não na investigação de crimes, que é a sua
1365 missão constitucional, mas na custódia de presos. Isso acontece sob as barbas da

1366 sociedade civil, do Ministério Público e de todos os órgãos de controle e da imprensa
1367 brasileira sem que isso seja denunciado. E depois chega uma fatura pra gente, que
1368 não é nossa. É... Eu não, eu não gostaria de adentrar também na, na polêmica que foi
1369 traçada aqui, mas também gostaria de manifestar solidariedade e apoio à fala do
1370 conselheiro Bride, porque me impressiona como que as nossas forças de segurança
1371 são estigmatizadas e estereotipadas nesse país. Nós somos cidadãos de bem e
1372 dormimos um dia bons moços e no dia seguinte, depois da posse como policiais, nós
1373 nos transformamos em truculentos, torturadores, apedeutas, néscios, burros,
1374 ignorantes e a gente sempre vê e senta numa mesa de discussão pra ouvir vários
1375 atores da sociedade atirando pedras nos desvios da polícia. Mas raramente a gente
1376 escuta aplausos e manifestações de apreços pelos acertos, que são a maioria. Eu acho
1377 que eu vou morrer sem ver os nossos órgãos de segurança serem reconhecidos pelo
1378 belo trabalho que prestam nesse país, apesar dos pesares. Apesar de todas as
1379 dificuldades. Apesar de sofrer bullying do estado brasileiro e da sociedade brasileira.
1380 Eu como trabalhador da segurança pública, eu reconheço o nosso valor e reconheço
1381 também que o estado brasileiro tem um passivo histórico elevadíssimo para com suas
1382 forças de segurança. E eu acho que o momento aqui, como propósito desse conselho,
1383 é de aproximação da sociedade civil. Dos trabalhadores, dos gestores. Eu acho que é
1384 o momento aqui da gente começar a se entender. Eu não sou policial militar. O meu
1385 regime não é militar e eu não tenho mandato da polícia militar pra poder defendê-los
1386 aqui, mas como cidadão, porque eu não posso me despir dessa condição quando estou

1387 aqui também. Eu me sinto agredido quando vejo a polícia militar sendo agredida,
1388 porque eu reconheço o valor e eu sou grato a polícia militar pelo trabalho de
1389 excelência que eles fazem no país, apesar dos pesares.

1390

1391 **Almir** : - Okay. Zé Neves é o único. É o último que está inscrito nessa. O André, o
1392 André num... Certo o André. Bom.. alguém mais estaria inscrito pra gente não... Você
1393 não baixou. Não. Não. Quando baixa é quem não quer mais. André. É... Deixa Zé
1394 Neves, André e o Brite. Tem mais alguém? O Gandra? Pronto. Okay Zé Neves. Pode,
1395 por favor. E o Éder. Vamos encerrar essas inscrições? Podemos encerrar? Sim. Depois
1396 do encaminhamento das palavras.

1397

1398 **José Neves** : - Bom. Enquanto trabalhador da segurança penitenciária, eu tenho a
1399 dizer, esclarecer que nós não somos contra os profissionais de outros, de outros
1400 setores da segurança. Nós somos contra qualquer profissional que não seja o de
1401 carreira, exercer atividade dentro do sistema prisional. É claro. É claro que é... Pelo
1402 fato de nós não termos ainda uma estrutura regulamentada. Uma estrutura funcional
1403 determinada pra fazer esse tipo de atividade, sobra pra quem tem os efetivos aí. Os
1404 outros efetivos de segurança pública. Eu acho que essa discussão nos remete agora,
1405 muito mais aquela necessidade que a gente vem dizendo há muito tempo aqui nesse
1406 conselho. É preciso criar a função do agente penitenciário. A função do servidor
1407 penitenciário. Porque sem isso, vamo/ ter que tá emprestando o acumulo de

1408 experiência das outras polícias. Evidentemente. Nesse sentido, eu gostaria de propor
1409 aqui, até pra ampliar e::: não há nenhum problema da minha parte de tirar
1410 militarização, porque o cunho não foi agredir e se esse termo agride, eu gostaria
1411 realmente de tirar porque não foi, não é essa a intenção, mas que a gente pudesse,
1412 nesse texto do número três, pudesse acrescentar aí Anita, é... logo depois ali da
1413 vigilância de custódia de presos, é, acrescentar também. Desculpa. É... que sejam criados
1414 nos estados, no Distrito Federal, onde ainda não houver quadros próprios de carreira
1415 de agente penitenciário ou nomenclatura equivalente, especializado na atividade de
1416 segurança prisional, vírgula. Eu acrescentaria aí, é... A segurança interna e externa,
1417 vírgula... Oi, vamo/ lá então.

1418

1419 **Almir** : - Acho que o texto ficou... Vamos ver como ficou o texto aí por favor.

1420

1421 **José Neves** : - Logo após segurança prisional.

1422

1423 **Almir** : - Segurança prisional.

1424 **José Neves** : - É... Numa linha anterior. Uma vírgula aí e incluir que é segurança
1425 interna e externa... Externa, vírgula... É... Guarda de muralhas. É, não... depois a
1426 gente adéqua o texto. Guarda de muralhas... É... Mas. Guarda de muralha, vírgula,
1427 escolta de preso do sistema prisional. É. Mas talvez a gente poderia colocar em
1428 parêntese né? Ampliar um pouquinho. Porque tem outras externas né?

1429

1430 **Almir** : - Já deu os três minutos, mas tá concluindo aí? Pode concluir.

1431 **José Neves** : - É... E intervenção tática, imediata em situações de conflito... Tá... Isso.

1432 E depois vai ter que fazer uma redação adequada pra isso e no item dois, no item

1433 dois... não, perdão. No item oito. O item oito. Esse que foi citado ali pelo, pelo

1434 conselheiro Pedro. É... Isso. É, eu gostaria de acrescentar aí, que a lei de garantia aos

1435 presos, desde haja as condições adequadas. Não, não. Beleza. E que não ultrapasse...

1436 e que não ultrapasse a capacidade máxima dos estabelecimentos penitenciários.

1437

1438 Fala fora do microfone

1439

1440 **José Neves** : - Eu tô dizendo isso aí porque nós sofremos hoje no estado do Paraná...

1441

1442 **Almir** : - Tá inadequado a quem vai ser...

1443

1444 **José Neves** : - É pros estados esse.

1445

1446 **Almir** : - Não. Mas é garantir que os presos provisórios... Seja incluído... O tema.

1447 Será que tá adequado aí?

1448

1449 **José Neves** : - Não. Tá okay gente. Mas de qualquer forma a gente... Eu só gostaria

1450 de deixar registrado. Então vamo/ assim. Eu quero deixar... Não. Perfeito Eliane. Mas
1451 vamo/ deixar aqui então registrado de que nós estamos sofrendo um grande processo
1452 de migração dos presos das delegacias pra dentro do sistema prisional superlotando
1453 aquilo que ainda havia, onde havia condições de dar algum tratamento penal. É essa a
1454 solução imediata que estão encontrando.

1455

1456 **Almir** : - Okay. Conselheiro Gandra.

1457

1458 **Gandra** : - Era justamente esse ponto que a gente queria se manifestar. É que não
1459 cabe a nós Neves, operadores da segurança pública, tentar corrigir ou colocar
1460 alguma... Tentar. Vamo/ dizer, tampar o sol com a peneira. Remediar. Eu acho que
1461 essa, se, se faz cumprir a lei e a lei do nosso país até deve ser cumprida. O que tá
1462 faltando é fazer ser cumprida a lei. De retirar os presos de delegacias e vai, e ir,
1463 incluí-los na casa, no sistema prisional, que é o, que é a estrutura adequada preparada
1464 para receber. Agora, se por um outro lado, os trabalhadores que vão custodiar aqueles
1465 presos não tem condições, uma vez que vai o número talvez seja reduzido, de
1466 trabalhadores, o espaço, não tem... Ah, aí o estado vai ter que, o estado vai ter que
1467 criar, fazer, construir. Hora, se nós /tamo/ construindo um estádio que custa sessenta
1468 bilhões. Um estádio de futebol, porque não poderia construir um grande ou pequenos
1469 centros nos demais estados que estão sobrecarregados? É essa a preocupação. Então
1470 eu gostaria que colocasse : garantir que os presos provisórios e não só os provisórios,

1471 os já apenados que estão também nas delegacias de polícias cumprindo pena. Isso é
1472 ilegal, é imoral, é contra os direitos humanos da pessoa humana. Ele tá lá, ele tá
1473 sendo maltratado. Tem que fazer xixi na quentinha. Fazer coco na quentinha.
1474 Desculpro... Desculpa isso. Nas delegacias. Isso pessoal, é desumano. Nós não
1475 podemos enquanto conselheiro nacional ficar aceitando que...

1476

1477 **Almir** : - Conselheiro, eu queria já acrescentar aí o que...

1478

1479 **Gandra** : - Okay. Garantir que os presos provisórios e apenados. Pronto.

1480

1481 **Almir** : - Certo. Certo.

1482

1483 **Gandra** : - Seja incluído exclusivamente nas instituições do sistema prisional. Agora,
1484 retirando já, contrariando meu companheiro aqui. Meu dileto amigo, desde que haja
1485 as condições adequadas. Isso aí é dar com a mão e tirar com a outra. Então nós não
1486 vamos conseguir nunca.

1487

1488 **José Neves** : - Posso fazer uma sugestão de... Pra... consensuar ?

1489

1490 **Gandra** : - Vamos lá gente. Vamo/ buscar o consenso.

1491

1492 **José Neves :** - Posso buscar aqui, Almir, uma licença pra eu buscar consenso.

1493

1494 **Almir :** - Eu acho que a gente vai ter que ir no consenso cada item. Eu acho que
1495 determinar as palavra, vai começar a aprovação.

1496

1497 **José Neves:** - Ele já encerrou...

1498

1499 **Almir :** - Não. É porque se nós voltamos. Voltaremos a esse item.

1500

1501 **José Neves :** - E colocar um novo... Novo...

1502

1503 **Almir :** - Pois não.

1504

1505 **José Neves :** - Então. É... Que a gente possa desmembrar isso aí e ir pra um novo
1506 item e deixar claro que a gente não... Recomenda que não haja é... Superlotação
1507 dentro dos presídios. Que não haja um preso a mais do que a capacidade limite dentro
1508 dos presídios. Sobre o risco de o preso deixar de fazer xixi na latinha lá na delegacia
1509 e ir fazer lá no centro penitenciário.

1510

1511 **Participante não identificado:** - Ou Neves, mas ele tá no lugar que ele deveria estar.
1512 Que a lei (felizmente) tá dizendo isso. Então... Agora desmembrando...

1513

1514 **Almir** : - Okay. O conselheiro André.

1515 **José Neves** : - Ah, essa recomendação é pro::, pros estados né? Distrito Federal, é...

1516 pros estados. Distrito Federal e também pra, para o Ministério da Justiça. Num é isso?

1517 Ela também tem que ser para o Ministério da Justiça. Até porque tem presos da, da

1518 Federal. Tem presos federais. Né? Presídios federais. E também eles tão nas

1519 delegacias federais também. Tão na polícia federal do mesmo, mesmo problema que

1520 tá nas policias civis. Okay. Muito obrigado.

1521

1522 **Almir** : - Conselheiro André.

1523 **André** : - Bom. Eu queria falar uma fala também muito breve, como faz parte já do

1524 meu estilo aqui no, no CONASP. Procuro evitar ao máximo o espaço pra fazer

1525 lucubrações e tal, mas eu queria só fazer uma pequena, um pequeno diálogo com

1526 aspectos aí da fala do conselheiro Kleber sobre a questão do preconceito contra os

1527 profissionais de segurança pública. Sobre esse debate. Sobretudo porque a sociedade

1528 civil apareceu na fala como um partícipe aí das tensões e tal. Eu acho que seria de

1529 bom tom é, uma manifestação dum posicionamento do, de algum conselheiro da

1530 sociedade civil presente, a respeito de um alinhamento nisso aí. É, sobretudo porque

1531 /tamos num momento propício pra isso, tendo em vista que amanhã teremos uma

1532 audiência pública que certamente vai dialogar com muitos pontos aí dessa discussão.

1533 Né? Bom, queria só frisar que eu venho de uma instituição, né? Que é o ISER, que

1534 tem quarenta anos de militância nesse campo e que foi uma das primeiras instituições
1535 do Brasil a buscar o diálogo e a interlocução com os profissionais de segurança
1536 pública. Sobretudo os militares, no Rio de Janeiro. Né? Pra construção do debate
1537 sobre a pauta da segurança pública. Acho que cabe sim à sociedade civil fazer
1538 autocrítica de que o posicionamento dela foi, durante muito tempo, reativo em
1539 relação à questão da segurança pública e demorou essa pauta ser encampada, né?
1540 Pelo campo da sociedade civil, né? Por questões, né, de tensão do campo. Mas eu
1541 acho que não é construtivo pra o trabalho, né? De reconstrução de um consenso aqui,
1542 né? E de uma aproximação, de uma superação dessas tensões nesse conselho, que a
1543 gente trate dessa questão, né? Reiterando os, os impasses e as tensões e os lemas
1544 entre trabalhadores. Isso a sociedade civil, né? Acho que a fala do conselheiro Bride,
1545 né? Identifica exatamente quem é o outro pra essa conversa, né? Porque da mesma
1546 maneira que é justificado que os profissionais de segurança pública, né? Cometam
1547 desvios e tenham é... Atuações as vezes equivocadas e muitas vezes brutais né, nas
1548 suas práticas, né? Por conta da estrutura e por conta da arquitetura do nosso estado,
1549 por conta das contradições da nossa sociedade. Também é justificado que a sociedade
1550 civil tenha se manifestado durante muito tempo de modo reativo e muito no campo da
1551 denúncia no que diz respeito a esse discussão, né? Então acho que a gente tem que
1552 dar um passo além desse debate, né? Sair desses posicionamentos né? Acho que é
1553 muito claro aqui, inclusive pela maneira como a sociedade civil interage com os
1554 profissionais de segurança pública aqui desde o início da construção desse trabalho,

1555 né? Que essa tensão aqui não se reitere, né? E que na verdade o outro desse debate,
1556 né? Quem colocou as forças de segurança pública no lugar em que elas estão, na
1557 nossa arquitetura, no nosso país, né? Foi justamente o estado. Foi exatamente...

1558

1559 **Almir** : - Conselheiro Pedro. Inaugurando agora a primeira vez passando do tempo,
1560 né?

1561

1562 **André** : - Desculpe. ((risada))

1563

1564 **Almir** : - Primeira vez. Não. Só pra registrar. Que é a primeira vez.

1565

1566 **André** : - Desculpe. Eu tô concluindo, né? Só queria fazer esse registro, né? Dizer
1567 que a nossa discussão, o nosso debate, né? Aqui tem que ser de superação dessa
1568 tensão, né? E deixar bem claro que quem colocou, né? Tantos setores da sociedade
1569 brasileira, né? Quanto o profissional de segurança pública na situação de
1570 marginalidade, de exclusão, de estigma, né? Foi exatamente o estado brasileiro e suas
1571 elites, tá? Então deixar isso claro como um consenso aqui desse conselho. Né? E que
1572 isso também conste em ATA né? Pra esse posicionamento. Porque eu acho que aí a
1573 gente caminha pra essa discussão e uma vez ou outra vai surgir de novo esses, essa
1574 tensões e esses debates. Acho que a gente tem que ter isso no horizonte, né? Como
1575 um entendimento entre os segmentos. Então, desculpa por ultrapassar o tempo e

1576 muito obrigado.

1577

1578 **Almir** : - Conselheiro Bi/, Bride. Seguida o conselheiro Éder. Aí a gente encerra
1579 essa...

1580

1581 **Bride** : - Conselheiro Bride. André, quero agradecer você falou, conseguiu fazer um
1582 resumo e sintetizar exatamente o que precisa ser feito. Né? O posicionamento do
1583 conselheiro Tião também, muito bem posicionados e o Neves. Concordo contigo
1584 Neves. É... Se eu não me engano foi Aristóteles que disse que justiça era dar a cada
1585 um o que é seu. E por justiça se tem um sistema penitenciário e vão ter uma guarda
1586 penitenciária ou temos agentes penitenciários, é de justiça que a penitenciária, o
1587 sistema prisional, é um problema, uma obrigação, um direito desse sistema, de vocês.
1588 Não tem que ter terceiro lá não. Tá okay. Eu sou particularmente contra a indicação
1589 política para cargos de direção fora do quadro de carreira. Eu, eu abomino chegar, por
1590 exemplo, um policial militar, que é muito comum nesse país e ninguém mencionou,
1591 comandando guardas municipais. Ou não perceberam que as guardas municipais
1592 copiaram o que a PM tem de pior. Tá? A parte, desculpa. ((risadas)) Algumas né?
1593 Tem as todas sempre as exceções né? É... enquanto nós batalhamos nas nossas
1594 escolas para um policiamento de proximidade com a população em que nós devemos
1595 combater crime e não o criminoso, que é uma diferença muito grande nisso. A PM
1596 tem que combater o crime e não o criminoso. A PM vai pra rua combater crime e não

1597 vai combater criminoso nem inimigo. Quem tem inimigo é força armada. E aqui,
1598 muitas vezes confunde o conceito de militar com força armada. A estrutura militar,
1599 por incrível que pareça, a maioria dos senhores está sujeita, porque a administração
1600 surgiu da estrutura militar. A cadeia de comando é isso. Então eu me senti
1601 contemplado com as sugestões que foram feitas e agradeço. Obrigado.

1602

1603 **Almir** : - Conselheiro, conselheiro Éder.

1604

1605 **Éder** : - Conselho Éder da ANASPRA. É, eu acho que de tudo positivo é essa
1606 capacidade de diálogo, mesmo nas divergências que esse conselho exerce. É, ontem
1607 eu conversava um pouco com, muito minimamente com o conselheiro Geraldo
1608 Vanderlei, e disse que eu não traria e não trarei aqui a este conselho, as violências
1609 pelas quais somos acometidos, porque recentemente, por uma, a justiça vai definir
1610 isso, as apurações definirão isso, é... teve um fato lamentável em São Paulo com a
1611 morte de um empresário e do, e houve uma repercussão midiática e mesmo sentido,
1612 de dois jovens no interior não teve a mesma repercussão. Isso foi objeto de debate.
1613 Contudo, a menos de vinte dias atrás morreram trinta e sete policiais militares em São
1614 Paulo, foi mais um. Aliás, foram mais trinta e sete, tão e somente. Me recordo há
1615 aproximadamente um ano e meio atrás, quando um juiz federal foi vítima de uma
1616 tentativa de homicídio, salve engano, no estado de Pernambuco, não me recordo
1617 exatamente e que ele foi exposição midiática. O soldado que tá paraplégico se quer

1618 foi citado. E ele era motorista do desembargador. Eu sei, não desconheço que maus
1619 profissionais da segurança pública cometem a sociedade de crimes violentos, de
1620 tortura, de discriminação. Mas eu desconheço também, por outro lado, a defesa por
1621 parte dos bons policiais, assim como disse o conselheiro Kleber. E o que é, o que é
1622 doído e aí eu não gosto de ir pro particular, é que quando há policiais, os profissionais
1623 da segurança pública. Aí envolve os agentes penitenciários, guardas municipais,
1624 policiais militares, civis, federais, que são acometidos de violência. O que vimos e
1625 ouvimos e aí não é da sociedade civil, é da imprensa midiática de governo. Ele fez a
1626 opção de ser polícia. Não é uma vida que vai. Engraçado isso. Muito engraçado.
1627 Quando morre alguém, um irmão meu, que não é um policial, é uma vítima, é uma
1628 vida ceifada. Mas quando morre o mesmo homem, o mesmo cidadão, a mesma
1629 pessoa, porque ele tá detrás da sua profissão, não morreu ninguém, ele escolheu isso.
1630 Ele escolheu isso. A sociedade vive sem o controle das polícias? Vai acabar com as
1631 polícias. Eu rechaço veementemente quando diz: a polícia é um mal necessário. Eu
1632 não sou mal necessário. Eu não sou. Eu tenho dois filhos. Um tem onze anos, o outro
1633 tem seis anos. Eu sou espelho pra ele. Então eu sou espelho do mal? Sou espelho do
1634 mal? E neste conselho, nós temo/ que debater as questões públicas. Vamos denunciar
1635 sim o abuso. Vamos pedir apuração. Eu sou defensor... Tô concluindo Almir. Eu sou
1636 defensor do controle externo rígido, forte, eficiente e eficaz. E rechaço
1637 veementemente apologias. Ufanismos. Sou profissional da segurança pública.
1638 Alguém aqui... Tem profissionais... Você sabe o que é você chegar numa ocorrência e

1639 ser recebido com um tiro? Sabe? Vocês sabiam que quando você ouve o tiro é porque
1640 você tá vivo? Eu também defendo os direitos humanos. Quero os direitos humanos
1641 pra mim também, que não visto quando morrer um profissional da segurança pública
1642 agindo no estrito cumprimento do dever, dentro da legalidade, que ele for vítima, que
1643 ele seja visto, ah ele escolheu isso. Nós temos várias escolhas na vida e uma delas é
1644 ser profissional da segurança pública. Muito obrigado.

1645

1646 **Almir** : - Conselheira Célia. Encerra tá, com ela. Tá encerrado com ela agora.

1647

1648 **Célia** : - Diante dos argumentos que surgiram aqui, eu acho muito interessante a
1649 contribuição do nosso companheiro André pra firmar, num é? O lugar que tem os
1650 conflitos. A relação estado e sociedade civil, é uma relação conflituosa. Agora, o
1651 problema é se desse conflito, nós /tamos trazendo à tona, todas, a possibilidade de
1652 debate sobre as certezas e as verdades consagradas, né? E que com isso a gente possa
1653 ampliar. Agora exercer as tentações necessárias, isso é muito salutar, né? Pro
1654 desenvolvimento da sociedade. E eu gostaria de lembrar, diante de uma das falas
1655 colocadas aqui, que eu estava me lembrando. Olhem, na declaração dos direitos do
1656 homem, de mil, setecentos e oitenta e nove, por conseguir ter mais de dois séculos, é
1657 invocado o papel da polícia como protetor dos direitos humanos. Quer dizer, a
1658 necessidade da proteção de direitos humanos e a necessidade da instituição polícia,
1659 pra garantir isso. Aí veja bem, quando nós nos detivemos durante muito tempo, em

1660 relação às questões gerenciais, né? Que são importantes, não resta a menor dúvida.
1661 Eu acho que nós nos afastamos, num é? Da ideia principal que é o exercício à
1662 garantia da promoção e da proteção dos direitos humanos, haja visto, nas discussões
1663 desta recomendação, que o item em função da garantia dos direitos humanos fica no
1664 sétimo lugar, na sétima recomendação. Quase, quase saindo, quase, quase não sendo
1665 considerada, né? Lembrando, eu tô dizendo essas questões também, a discussão
1666 também expressa a direção das preocupações fundamentais. Era isso que eu queria
1667 dizer.

1668

1669 **Almir** : - Okay. Nós vamos agora é... Estamos aptos, depois de todo o debate,
1670 discussão, aprofundamento, aptos pra aprovar a resolução. Então a gente, a
1671 metodologia item por item? Pois não. Encaminhamento pelo conselheiro Tião.

1672

1673 **Tião** : - Me parece que não houve nenhuma grande polêmica às emendas feitas, salvo
1674 a questão de uma posição com relação à desmilitarização. À militarização. Perdão.
1675 Então eu proponho que a gente apenas discuta aquilo que não é consenso. E no caso,
1676 apenas esse ponto. Quer dizer...

1677

1678 **Suélen** : - Pergunta primeiro se não é consenso.

1679

1680 **Tião** : - Não. Claro. Eu tô propondo que... Eu tô entendendo que há um consenso. É...

1681 A mesa conduza por gentileza. A partir daí.

1682

1683 **Almir** : - O conselheiro Geraldo Vanderlei.

1684

1685 **Geraldo Vanderlei** : - Bem. Pelo que nós ouvimos aqui, há realmente inclusive
1686 registrado pela fala do Mariano, é, de que há realmente uma, uma restrição a usar a
1687 palavra militarização, mas todo mundo concordou de que polícias, policiais não
1688 devem ingerir as unidades ?? basicamente. Então eu proponho que mude a palavra
1689 militarização, por policiais ou coisa parecida.

1690

1691 **Almir** : - Tem uma proposta lá. Vamo; ouvir a proposta do Agadeilton. O conselheiro
1692 Agadeilton. Vamos ver se contempla, porque aí a gente...

1693

1694 **Agadeilton**: - Já tá lá.

1695

1696 **Almir** : - Já tá lá? Profissionais...

1697

1698 Fala fora do microfone

1699

1700 **Almir** : - Da carreira...

1701

1702 **Geraldo Vanderlei** : - Aí tá dizendo preferencialmente, preferencialmente quer dizer
1703 que não, num tem que ser da carreira.

1704 **Almir** : - Seja exercido pelos integrantes da carreira.

1705

1706 **Geraldo Vanderlei** : - Não. É porque também é... acho que fica muito amarrado.

1707 Não, eu digo: fica muito amarrado essa questão de dizer que os, que os...

1708

1709 **Almir** : - Agadeilton, retirando... contempla pra eles o que eles tão deixan/, querendo.

1710

1711

1712 **Agadeilton** : - Bem. Dentro desse tipo de, de posicionamento, você só tem duas

1713 opções. Ou você coloca *preferencialmente* porque você indica qual deve ser a política

1714 correta, mas deixa o gestor, a ele a condição de escolha, por exemplo, um psicóloga

1715 que seja muito bom conhecedor do sistema, que não é agente penitenciário...

1716

1717 **Geraldo Vanderlei** : - Isso tá na lei de execução penal, né?

1718

1719 **Agadeilton** : - Pois é.

1720

1721 **Geraldo Vanderlei** : - Gestores, psicólogos, assistentes sociais, advogados.

1722

1723 **Agadeilton :** - Isso. Exato.

1724

1725 **Geraldo Vanderlei :** - Tá lá na lei.

1726

1727 **Agadeilton:** - Isso. Ou então você coloca exclusivamente, que aí acabou, veda

1728 qualquer outra, outro tipo de profissional que não aqueles da carreira de agente

1729 penitenciário. Eu acho que o espírito aqui do conselho é que seja preferencialmente.

1730 Quando você coloca preferencialmente, você tá indicando que qualquer outro quadro

1731 que não esse da carreira, não deve ser indicado. Inclusive militar, policial, qualquer

1732 outro quadro, entendeu? É... Essa é a ideia...

1733

1734 **Geraldo Vanderlei :** - Preferencialmente não quer dizer isso, né? Quer dizer que

1735 preferencialmente aqui, se dê preferência.

1736

1737 **Agadeilton :** - Então.

1738

1739 **Geraldo Vanderlei :** - Mas pode ser outros.

1740

1741 **Agadeilton :** - Aqui que eu coloquei. Ou você diz que exclusivamente, que aí você

1742 veda outros ou você diz que é preferencialmente indicando, induzindo qual deve ser o

1743 profissional. Só tem essas duas opções. Ou você se cada e deixa como tá.

1744

1745 **Geraldo Vanderlei** : - A lei de execução penal, ela é um pouco clara com relação a
1746 isso. Ela fala que os gestores devem ser escolhidos entre os profissionais do direito,
1747 da, da psicologia, da assistência social ou formado em serviço social. É... Quer dizer.
1748 Então nós /tamos inclusive nos contrapondo à própria LEP, né? Mas eu...

1749

1750 **Almir** : - Eu pediria aos conselheiros pra gente não abrir novo debate, porque já foi
1751 feito exaustivamente. É só esse texto. Só uma sugestão aqui pelo compan/, pelo
1752 conselheiro Tião. Por gentileza Geraldo, só pra facilitar. Aí nós voltamos à sua
1753 palavra.

1754

1755 **Tião** : - É... Tira o preferencialmente Agadeilton, tira o preferencialmente e deixa lá
1756 *pelos integrantes é, de carreira, vírgula, conforme estabelece a legislação.* A que o
1757 Geraldo acabou de citar. Com a lei de execuções penais. *Conforme estabelece a lei de*
1758 *execuções penais.* A LEP.

1759 **Almir** : - Não há problema.

1760

1761 **Tião** : - Porque aí você abre espaço pros outros profissionais que não são diretamente
1762 ligado à custódia.

1763

1764 Fala fora do microfone

1765

1766 **Almir** : - Aí ele deixa de ser militar pra ser advogado. Gente nesse texto aí a gente
1767 pode chegar ao consenso que foi modificado? Vamos agora pra atenção a esse
1768 detalhe, porque talvez seja aí o ponto que a gente precise fechar essa questão. Vamos,
1769 Tião, você que fez a proposta, Tião. Tião, a proposta do texto aí. Conselheiro Tião,
1770 vamos tentar fechar aí. Microfone Tião.

1771

1772 **Tião** : - Então. É tirar o *preferencialmente*, manter o resto do texto e colocar
1773 conforme a lei de execução, execuções...

1774

1775 **Almir** : - Execuções penais. Ponto. O restante tira? É isso aí. Há um acordo
1776 consensuado? Tem alguém contra? Então foi aprovado por unanimidade. Um salva de
1777 palmas depois de ??. ((aplausos)) Gente, eu tô com uma dificuldade agora, porque pra
1778 ir pra o outro tema, a gente vai ter que, dificuldade para o almoço programado pela
1779 PCF. Então a gente deve se organizar pra ir pro almoço. Pra voltar mais cedo e dar
1780 continuidade. Fica mais em conta? Já pode ser Agadeilton? Sem problema... Que
1781 horas são? Vinte pra meio dia.

1782

1783 Fala fora do microfone

1784

1785 **Almir** : - Se a gente parar meio dia e dez. A gente quando for descer, é doze e meia.

1786 Dez pra meio dia a gente para.

1787

1788 Fala fora do microfone

1789

1790 **Almir** : - Meio dia. Meio dia... Vamos, vamos colocar a resolução da aposentadoria já

1791 pra gente ter um acesso à informação. E o Marcos faz a leitura?

1792

1793 **Suélen** : - Anita, a recomendação da aposentadoria especial.

1794

1795 **Almir** : - Aposentadoria.

1796

1797 Fala fora do microfone

1798

1799 **Geraldo Vanderlei** : - Preferencialmente agente de carreira?

1800

1801 **Almir** : - Tirou o *preferencialmente*.

1802

1803 **Geraldo Vanderlei** : - Conforme a lei. Mas a lei não diz que é os agentes de carreira.

1804 Então. Nós /tamo/ dizendo que a lei diz isso. Então é um erro na própria redação.

1805

1806 **Almir** : - Sim.

1807

1808 **Geraldo Vanderlei** : - ?? E o..

1809 **Almir** : - Se foi tirado o *preferencialmente* e a lei não contempla, como Geraldo tá
1810 dizendo, tá inadequado o texto com a lei. É isso que você tá dizendo? É...

1811

1812 Fala fora do microfone

1813

1814 **Almir** : - E... então coloca *e*. É consenso colocar o *e* ? Tá. Consensuado Geraldo.

1815

1816 Fala fora do microfone

1817

1818 **Marcos** : - A plenária do conselho nacional de segurança pública em sua décima
1819 oitava reunião ordinária, no dia primeiro e dois de agosto de dois mil e doze, no uso
1820 de suas competências regimentais e atribuições instituídas e considerando a primeira
1821 conferência....

1822

1823 **Almir** : - Atenção aos conselheiros com a leitura do conselheiro Marcos.

1824

1825 **Marcos** : - Considerando que a primeira Conferência Nacional de Segurança Pública
1826 elegeu como princípio que a segurança pública deve estar pautada na valorização do
1827 trabalhador da área, por meio da garantia de seus direitos e formação hinista,

1828 assegurando o seu bem-estar físico, mental, familiar, laboral e social, considerando que
1829 o Tribunal de Contas da União e Supremo Tribunal Federal já se manifestaram no
1830 sentido de que aposentadoria para esses profissionais que exercem atividade de risco.
1831 Está regulamentado na forma da lei complementar cinquenta e um. De mil
1832 novecentos e oitenta e cinco. Considerando que a proposta de lei complementar
1833 cinco, cinco, quatro de dois mil e dez, manifesta um tratamento (injusto) dispensado
1834 aos profissionais que, dispensado ao profissional que atua no enfrentamento à
1835 violência e à criminalidade, ao estabelecer quesitos de aposentadoria e critérios de
1836 cálculo que tornam inócuas as aposentadorias de risco resultante do desgaste
1837 diferenciado da atividade policial, resolve recomendar aos ministros de estado da
1838 justiça, da previdência social e do planejamento, que sejam mantidos os atuais
1839 requisitos e critérios de aposentadoria previsto na atual lei complementar cinquenta e
1840 um barra oitenta e cinco com a retirado do PL cinco, cinco, quatro de dois mil e dez,
1841 do Congresso Nacional. Que seja enviado projeto de lei complementar com fim
1842 específico de incluir os agentes penitenciários no hall das aposentadorias de risco.

1843

1844 Fala fora do microfone

1845

1846 **Almir** : - Bom. Há consenso para aprovação. Há consenso? Então a palavra. A
1847 abertura da plenária pra palavra do conselheiro José Neves. Conselheiro Gandra.

1848

1849 **José Neves** : - Marco, me ajuda aqui. É, da forma, da forma que está, ela diz primeiro
1850 que seja mantido os atuais requisitos para os critérios da aposentadoria da cinquenta
1851 um e no segundo item : que seja enviado projeto de lei com fim específico de incluir
1852 os agente penitenciários no hall das aposentadorias de risco. Nós gostaríamos de ser
1853 incluídos nos halls, mas naqueles critérios também. Eu só gostaria de fazer esse...
1854 Porque dá a impressão de, olha, tudo bem. Vai ser incluído nas aposentadorias de
1855 risco, mas quais os critérios? Da cinquenta e um? Eu só gostaria de fazer é... de dá
1856 esse entendimento ??.

1857

1858 **Almir** : - Okay. Tornar mais claro que tá dentro da própria.... É só o texto aí. É,
1859 Gandra.

1860

1861 **Gandra** : -Não, era só isso mesmo.

1862

1863 **Almir** : - Só isso?

1864

1865 **Gandra** : - Também pra recomendar... pra recomendar para os estados.

1866

1867 **Almir** : - Certo. Também...

1868

1869 **Gandra** : - Que não modifiquem as suas legislações. Já, já prevista nas leis

1870 aprovadas. Porque alguns estados serão, as leis, se for aprovada uma lei contrária,
1871 uma lei nacional, as leis estaduais vão ter que se adequar à lei nacional da
1872 previdência. Nesse caso, a lei complementar cinquenta e um, ela prevalece sobre a,
1873 sobre as demais...

1874

1875 **Almir** : - As demais...

1876

1877 **Gandra** : - As demais leis estaduais. Tá certo, Marcos? Só pra acrescentar isso.

1878

1879 **Almir** : - Então vamo/ colocar no texto aí. Vamo/ colocar.

1880

1881 Fala fora do microfone

1882

1883 **Gandra**: - Não, nós /tamo/ pedido... Nós /tamo/ pedindo para quem, para os
1884 Ministérios e o Governo Federal.

1885

1886 **Almir** : - É só incluir os estados.

1887

1888 **Gandra** : - E aos estados que preservem a legislação até enquanto for. Até em
1889 quando é claro, que é lógico. Quando for feita a alteração, pra incluir, será incluído
1890 também, né? Os agentes penitenciários. Porque eles podem, já os estados podem

1891 fazer isso independente de uma legislação. Aqui nacional, aos moldes como foi feito
1892 para os demais policiais, né? Aliás, demais policiais não, para os policiais civis.

1893

1894 **Almir** : - A sua encaminhamento é que seja incluído também aos estados. O que tá aí.

1895 Então tá bom.

1896

1897 **Gandra** : - Não, não. Que seja preservado as legislações dos respectivos estados. As
1898 que estão em consonância com a lei cinquenta e um.

1899

1900 **Almir** : - Que sejam preservada...

1901

1902 **Gandra** : - É... que sejam preservadas...

1903

1904 **Almir** : - As leis estaduais que esteja em consonância com a lei tal aí, né?

1905

1906 **Gandra** : - A lei complementar cinquenta e um de oitenta e cinco.

1907

1908 **Almir** : - Pronto. Muito bom. Eu acredito que essa vai ser a mais rápida na
1909 aprovação. Parece que já tá um consenso. Eu tô sentindo.

1910

1911 Fala fora do microfone

1912

1913 **Almir** : - Da colegiada, é, pronto.

1914 **Suélen** : - O Agadeilton pediu a palavra.

1915

1916 **Almir** : - O Agadeilton...

1917

1918 **Agadeilton** : - Duas coisas. A primeira é só no, na, acho que na segunda, no segundo
1919 considerando. Faz referência a manifestações do STF e do TCU. Acho que seria de
1920 bom vito acrescentar que é, no caso o STF, especialmente, considerou que a lei
1921 complementar cinquenta e um foi recepcionada pelo ordenamento, o atual
1922 ordenamento constitucional, né? Acho que isso é informação importante a ser
1923 acrescido lá, nesse considerando aí. Que, considerando que o TCU e o STF já se
1924 manifestaram no sentido de que, de que a lei complementar cinquenta e um...

1925

1926 **Almir** : - Não tá lá em baixo não?

1927

1928 **Agadeilton** : - Não, mas a gente altera. A lei complementar cinquenta e um... É,
1929 pode ser. Está sendo devidamente recepcionada...

1930

1931 **Almir** : - E validada.

1932

1933 **Agadeilton** : - E validada pelo atual ordenamento constitucional. E aí, no item lá, já
1934 alterado corretamente pelo colega Gandra, também acrescentar é... Os profissionais
1935 de perícia. Os profissionais de perícia, que em alguns estados não estão sendo, pela
1936 situação criada aí, que todos já conhecem, não estão sendo contemplados por esse
1937 requisito constitucional, por esse que exerce atividade de risco, mas não estão sendo
1938 contemplados porque saíram de dentro dos órgãos de segurança pública. Das polícias
1939 civis. Então acrescentar também os profissionais.... Lá onde tem agente penitenciários
1940 e profissionais de perícia criminal.

1941

1942 **Almir** : - Tranquilo. Bote lá. Lá em cima, lá em cima. Lá em cima... É...

1943

1944 Fala fora do microfone

1945

1946 **Almir** : - Cadê o, o texto?

1947

1948 **Agadeilton** : - Não precisa. Acho que nem precisa desses detalhes não. É só
1949 acrescentar *e profissionais de perícia oficial cri/*. É, pode ser. Tudo bem... eu acho
1950 que é só... Mas tudo bem. O preciosismo importante. Okay?

1951

1952 **Almir** : - Okay. Vamos pra aprovação? Estamos aptos? Há consenso na aprovação da
1953 resolução? Tem alguém contra? Pois não.

1954

1955 **Participante não identificado** : - É, Nóbrega... Então, Agadeilton, em veis de
1956 colocar peritos estaduais, profissionais da perícia, porque nós temos outros servidores
1957 dentro da perícia que não são considerado peritos criminais e aí...

1958

1959 **Almir** : - Profissionais da perícia. Contempla. Amplia. Não, muda o fundo. Estamos
1960 apto à votação? Em regime de votação, quem aprova fica como estão. Aprovado por
1961 unanimidade. E agora ao almoço... Unanimidade também.

1962

1963 Fala fora do microfone

1964

1965 **Almir** : - Conselheiro Beto, vamos para a galeria de foto e comunicação ao mundo
1966 virtual, tá certo? De tudo o que tá acontecendo... A gente parou em qual ponto? A
1967 próxima pauta é a construção da recomendação *Brasil mais seguro*. Então nós vamos
1968 abrir pra plenária. Eu gostaria que... Tem? Tá aqui Elen.

1969

1970 Fala fora do microfone

1971

1972 **Suélen** : - Pessoal. Essa recomendação projetada foi a que nós iniciamos no dia nove
1973 de Julho, na nossa quinta reunião extraordinária. Então a ideia seria continuá-la, já
1974 que foi uma discussão que já foi iniciada na reunião extraordinária. Pode ser isso

1975 mesmo? Que já tem algumas, algumas ideias agregadas. Okay. Na reunião
1976 extraordinária nós iniciamos a recomendação. Então é... Não quer ler primeiro pra
1977 gente vê se está atendendo? Ah tá...

1978

1979 Fala fora do microfone

1980

1981 **Almir** : - Pode. O conselheiro Tião com a palavra.

1982

1983 **Tião** : - Já temos quórum, né? Bom. A primeira proposição é que seja ponto de pauta
1984 da próxima reunião a, o tema sobre a questão do, do projeto de lei que foi, que vai ser
1985 encaminhado, não foi ainda. A gente teve a informação que não foi encaminhado
1986 ainda o projeto de lei da, da, da polícia civil, a lei geral da polícia civil, pra gente
1987 discutir antes que seja encaminhado para o Congresso Nacional. Segundo informação
1988 do nosso companheiro Gandra, ainda não foi encaminhado. Disse que não foi
1989 encaminhado e mesmo que tenha sido encaminhado, mas não foi votado, é uma
1990 oportunidade que a gente tem de discutir e de... Uai... Você pode fazer emendas.
1991 Pode, é... Pode buscar, pode fazer emendas. Ainda não foi votado, né? Então... Pode
1992 haver, pode haver... Passa em várias comissões , enfim. Então temos um tempo aí
1993 hábil, pra gente discutir a questão da lei geral da polícia. E aí tem um pouco da nossa
1994 contribuição enquanto CONASP.

1995

1996 **Almir** : - Só um esclarecimento conselheiro. Esse é aquele encaminhamento logo de
1997 manhã, que foi pedido consenso entre a perícia e... Certo. Certo. Tá bom. Tá bom.

1998 **Tião** : - A segunda proposição é, como ontem eu levantei a discussão aqui do código
1999 penal, que tá sendo discutido no Senado Federal e portanto, uma pauta importante pra
2000 o conselho também. Que a gente possa fazer uma reunião extraordinária pra discutir
2001 essa quantidade de proposições que tão sendo feitas e discutidas no Senado, também
2002 pelo Conselho Nacional. E aí, eu acho que já houve inclusive uma conversa entre os
2003 conselheiros e há um certo. Uma certa tendência de que apenas um dia não daria
2004 tempo. Dado a quantidade de temas que estão envolvidos nessa discussão. Então que
2005 nós pudéssemos fazer pelo menos dois dias, sendo um dia pra apresentação de vários
2006 segmentos e no segundo dia pra um debate do conselho e proposições do conselho.
2007 Essa é a proposta.

2008

2009 **Almir** : - Conselheiro Nóbrega tá pedindo uma parte. A parte pra o conselheiro
2010 Nóbrega.

2011

2012 **Nóbrega**: - É só uma colocação. Eu acho que dois, Tião, sinceramente eu acho que
2013 dois é pouco pra dimensão do código penal. Se a gente quer tirar um dia pra discutir,
2014 seria interessante se tivessem pelo menos dois dias pra uma exposição, porque um dia
2015 não dá pra expor a amplitude, a dimensão que tem o código penal, que visa
2016 uniformizar e atualizar toda a (legação) penal existente no país. Então é um tema

2017 muito vasto. Eu vou lhe dá só um exemplo aqui. Se você pegar três ou quatro artigos
2018 polêmicos do código penal, já tomaria um dia inteiro e em tese, é um projeto de lei de
2019 duzentos, trezentos, quatrocentos artigos, né?

2020

2021 **Almir :** - A palavra tá com o conselheiro Tião.

2022

2023 **Tião :** - É claro que se a gente for discutir de uma maneira profunda, todos os temas,
2024 dez dias não vai dá. Um mês... Eles tão discutindo, tão discutindo isso já há meses,
2025 né? O ano inteiro. No vamos ter que ter uma dinâmica de discussão, que a gente
2026 possa pegar os pontos mais objetivos, efetivos que a gente possa colaborar. Agora,
2027 claro, se houver disponibilidade do conselho em fazer em três dias, pra mim não tem
2028 o menor problema. Acho, acho que vai ser complicado pra maioria dos conselheiros,
2029 então, por conta disso, eu acho que nós temos que ter uma preocupação de
2030 estabelecer uma dinâmica pra esses dois dias ou três dias, de modo que a gente possa
2031 aprofundar o máximo naquilo que é possível, enquanto tempo.

2032

2033 **Participante não identificado :** - Tião, nessa, nessa mesma linha só pra contribuir.

2034

2035 **Almir:** - Eu queria uma parte.

2036

2037 **Participante não identificado :** - tá concordando com você nesse ponto. Só

2038 querendo contribuir, concordando nesse ponto. Acho que seria mais interessante
2039 então, que fosse uma abordagem sobre as inovações do código penal, né? E não sobre
2040 o código penal que talvez os palestrantes se percam em questões que não tem tanto
2041 interesse. Mas assim, que o palestrante viesse e abordasse as principais inovações na
2042 sociedade. O que que muda efetivamente, o que que, né? Pra se perder em ?? técnicos
2043 aqui, que eu acho que não é interessante talvez pro conselho. Mais interessante são
2044 aquelas questões de que, da matéria pre/, na matéria penal, que tem repercussão no
2045 meio social, né? As grande inovações. Concordam? Perfeito.

2046

2047 **Almir** : - Marcos, o conselheiro Marcos Dias.

2048

2049 **Marcos Dias** : - Eu penso também que nós devemos canalizar a nossa energia pra
2050 verificar nessas inovações e no::, no código todo que tá sendo proposto, uma análise à
2051 luz dos princípios e diretrizes da primeira CONSEG. Ver onde esse código está
2052 avançando ou para nós ele vai marcar um retrocesso. Pra gente não se perder muito,
2053 né? Em questões que as vezes não vai... E também analisar à luz daquilo que nós já
2054 deliberamos em resoluções.

2055

2056 **Almir** : - Algum conselheiro mais, gostaria de... Estamos apto pra, estamos apto pra
2057 votar essa proposta de... Bom a primeira. Na primeira é a, o consenso que houve com
2058 a palavra da conselheira Ana Paula.

2059

2060 **Ana Paula :** - Eu vou acompanhar aqui o conselheiro que fez uma alerta que esse
2061 código tem mais de seiscentas páginas. Ele é imenso e eu acho que do ponto de vista
2062 prático. Era bom que pessoas aqui do próprio conselho, se dividissem e
2063 encaminhassem por e-mail, os pontos que eles consideram muito mais sensíveis. Que
2064 não digo nem inovações, porque grande inovação do código, tá sendo recru/
2065 recrudescer muito mais a lei penal, os tipos de crime. Inclusive tem um crime ?? né?
2066 Tem um tipo penal para a situação que ocorre em São Paulo, em relação à unidade
2067 experimental de saúde e enfim, eu acho que do ponto de vista prático, é melhor
2068 dividir as pessoas. Divulgar o texto e as pessoas verificarem nas suas
2069 particularidades, aquilo que elas imaginam que sejam os pontos mais sensíveis do
2070 código penal. É... Eu acho que isso faria, faria mais sentido, porque é extenso. Tem
2071 uma parte extremamente repetitiva e enfim, era só um encaminhamento que eu acho
2072 que é mais...

2073

2074 **Almir :** - Conselheira Ana Paula. É... O Tião e o Éder pendem uma parte. A senhora
2075 concede.

2076

2077 **Tião :** - É só pra corroborar com a Ana Paula. Talvez a gente distribua por segmento.
2078 Então cada segmento vê, a partir da sua própria natureza, quais são os temas
2079 essenciais a serem discutidos aqui. Sociedade civil, os trabalhadores, gestores, pra a

2080 partir daí, fazer uma agenda que contemple dentro do tempo possível.

2081

2082 **Éder** : - Ou Tião, concordo com você e aí já, essa seria minha fala, porque acho que
2083 felizmente né? Nessa ambiência democrática, pode ser que posicionamentos irão
2084 colidir e aí eu gostaria já propositivo que dos trabalhadores, alguém se oferecesse pra
2085 canalizar e sistematizar. Porque aí todos os trabalhadores já, que a gente já tira já, que
2086 tem o encaminhamento pra gente ser prático nessa questão, né? Se algum trabalhador
2087 se credencia, pra poder receber as informações dos trabalhadores se a sociedade civil
2088 também assim achar e o, os gestores, eu falo pros trabalhadores, né? Porque eu posso
2089 discutir isso com os trabalhadores. Acho que seria, seria extremamente interessante...
2090 Sim, mas se aprovar a metodologia, já via tudo. Já sai na ATA. Entendeu? Porque já
2091 consta na ATA.

2092

2093 Fala fora do microfone

2094

2095 **Almir** : - Vamos conceder a parte a, o conselheiro Nóbrega quer uma parte só pra
2096 esclarecimento. Depois a conselheira Ana Paula se já concluiu, se não, pode fazer uso
2097 ainda da...

2098

2099 **Nóbrega** : - Meus amigos, é só uma colocação, que tem dois projetos de código
2100 penal. Tem um que tá no âmbito da Câmara, que tem como relator Geral, o deputado

2101 ?? e tem o outro que foi feito pela comissão de juristas e entregue ao presidente do
2102 Senado, José Sarney. Esse outro, só a título ilustrativo. Sem querer fazer nenhum tipo
2103 de desvalor. Esse outro foi feito pela comissão de juristas, foi aquele que foi falado na
2104 mídia, que foi... Deu uma abordagem diferente com relação às drogas. Deu uma
2105 abordagem diferente com relação ao aborto. Que teve uma amplitude maior na mídia
2106 nos últimos tempos né? O da Câmara ainda tá em fase de formatação, mas eu acredito
2107 que também já teja bem avançado com o debutado ??. Não sei qual seria o interesse
2108 do conselho. Se seria esse do Senado que teve repercussão na mídia e mais, pela
2109 comissão de juristas. Ou da câmara que tá sendo formatado.

2110

2111 **Almir :** - Conselheiro Tião com a palavra. Ou Tião. Tá ainda com a conselheira Ana
2112 Paula. Ela conclui aí você fala.

2113

2114 **Tião :** - Só uma parte aqui do, da fala do...

2115

2116 **Almir :** - Mais uma parte.

2117

2118 **Tião :** - Bom. Eu tenho acompanhado de perto essa discussão por conta da discussão
2119 sobre as drogas, que a gente tá com a campanha na rua. E na conversa que a gente
2120 teve com o Alexandre Molon, e parece que as duas comissões, tanto a dele, quanto a
2121 do Senado, vem conversando muito. Tentando achar pontos comuns, então, é claro

2122 que a gente pode chamar pessoas das duas comissões, mas me parece que já há uma,
2123 uma, conversa interna entre as comissões. Tanto jurista, quando do Molon, pra chegar
2124 a pontos comuns do, da mudança do código. Então não vai ter muita diferença. Mas
2125 claro, podemos falar sobre as duas comissões.

2126

2127 **Almir** : - Okay.

2128

2129 **Ana Paula** : - Só complementando aqui então. A parte do Tião foi bastante
2130 esclarecedora. Eu ia falar exatamente isso. Já, do ponto de vista prático, eles estão
2131 conversando e tem a previsão já de calendário de discussões desse, desse código
2132 penal. Então é... É um processo que vai ocorrer concomitantemente, não vai ser nada
2133 separado. Então acho que se quiserem, podem pegar os dois textos, mas, de fato,
2134 muitas modificações tão sendo feitas no, na comissão de juristas. De fato. E eu
2135 aconselharia trabalhar com esse texto. Porque ele tem pre/, já tem cronograma mesmo
2136 de discussões dentro da própria Casa.

2137

2138 **Almir** : - Okay. Algum conselheiro? Geraldo Vanderlei.

2139

2140 **Geraldo Vanderlei** : - Eu acho que, bem já tem bastante gente assim, acompanhando
2141 essa discussão e pra nós eu acho interessante que a gente pudesse ver mais ou menos
2142 dentro do, da temática, né? Que rodeia assim, as nossas preocupações maiores. A

2143 gente vê um pouco assim, é... Os avanços, mas também refletir um pouco sobre
2144 retrocessos, que o código possa tá trazendo, né? E aí, talvez fosse interessante é... Ter
2145 alguém aqui que tivesse dominando bem isso. Um especialista, dois, de fora, pra nos
2146 passar um momento desse sem prejuízo de que a gente faça o encaminhamento que já
2147 foi colocado aqui. Que a gente faça uma, um apanhado a partir de, de eixos que a
2148 gente teve aqui. A gente faça um apanhado do, do que tá acontecendo a partir de nós.
2149 Mas acho que devia ter alguém aqui que acompanha bem lá e que, e que pudesse,
2150 dentro do que a gente ((risada)), dentro do que a gente preconizar como coisa
2151 importante, pra fazer uma abordagem aqui. Porque assim fica mais, vai ganhar mais
2152 tempo, né? Com certeza.

2153

2154 **Almir** : - Okay. Nós temos quórum. Vamos contar só pra gente ter certeza. Já te
2155 quórum. Então o primeiro encaminhamento foi o que o conselheiro Tião, resgatar a
2156 lei das polícia civil, né? Resgatar pra cá, pra o conselho. Mesmo que já esteja em
2157 andamento, é isso? Vamo/ chamar o Tião. É só o encaminhamento primeiro. Pra
2158 gente...

2159

2160 Fala fora do microfone

2161

2162 **Almir** : - Não. Não. A primeira é o negócio da polícia civil.

2163

2164 Fala fora do microfone

2165 **Tião** : - Primeiro colocar como ponto de pauta da próxima reunião ordinária, a
2166 discussão da lei geral da polícia civil. Okay? E a segunda é uma reunião
2167 extraordinária pra tratar do código civil. Código penal.

2168

2169 **Almir** : - Então ficou claro? O conselheiro Humberto.

2170

2171 **Humberto** : - A proposta do conselheiro Tião é ele, se eu tiver errado por gentileza
2172 me corrija. Não é só discutir. É fazer um ofício do conselho ao Ministro da Justiça, ou
2173 à secretária, não sei, solicitando que não seja encaminhado o projeto de lei para o
2174 Congresso e sim que encaminhe aqui para este conselho, pra que possamos discutir...
2175 Não, não está.

2176

2177 Fala fora do microfone

2178

2179 **Humberto** : - Não, mas não foi solicitado. Num foi... Num tá na Casa Civil? Você
2180 num falou hoje pra gente? Sim, ele foi. Mas tava que foi feitas reuniões e tava que a
2181 Casa Civil poderia encaminhar.

2182

2183 Fala fora do microfone

2184

2185 **Almir** : - É... O conselheiro da uma parte ao conselheiro Gandra?

2186 **Humberto** : - Tá entendendo que tá tendo algum jogo Tião. Tu tá entendendo?

2187 Porque inicialmente Gandra disse aqui... Explique.

2188

2189 **Gandra** : - Só pra esclarecer, porque senão a gente não, é... Olha só. Dois mil e sete

2190 foi discutido no Brasil todo essa, esse projeto. E aí encaminharam pra lá. Só que não

2191 andou pra o Congresso. Começar agenda do presidente, etc. Só que não andou por

2192 conta de umas, de umas, ajuste que faltava. Então a gente num... As categorias não,

2193 não encaminhavam isso no Congresso. Depois, nós conseguimos fazer uma reunião e

2194 pedimos pra fazermos ajustes. Ministério da Justiça nos atendeu. Nos recebeu aliás,

2195 lá... E nós participamos disso. Com todas as entidades. Esses ajustes propostos de

2196 alteração, é que ficou de ser remetido pra o Congresso. Mas ainda não ainda na, ainda

2197 não está pronto. É preciso a gente fazer. É possível se fazer novos ajustes. Não tem

2198 nenhum projeto pronto ainda, entendeu Humberto? O que foi pra Casa Civil, que

2199 você confundiu que eu falei, é a, é o pedido da aposentadoria, pra tirar o PLP554,

2200 então acho que foi isso a confusão. Tá certo amigo?

2201

2202 **Almir** : - Permanece a proposta. Os conselheiro entenderam? Estão apto a votar?

2203 Votar que seja aprovado para a pauta da primeira é... ordinária e que seja resgatado o

2204 tema para cá. Encaminhamento ao Ministro. Não foi encaminhado.

2205

2206 Fala fora do microfone.

2207 **Tião** : - A Casa, o Ministério, o governo vai fazer novas sugestões, com novas
2208 propostas a partir do acordo feito dentro das categorias. Isso não foi feito ainda.
2209 Então antes que o governo faça isso. Uma nova gestão do Congresso Nacional, com
2210 novas propostas a partir dos ajustes feitos. A gente quer discutir também essa lei
2211 geral, pra quando o governo mandar, mandar subrecomendação e proposições do
2212 conselho.

2213

2214 **Almir** : - Então. Ficou claro? Estamos aptos para votação? Aqueles que aprovam
2215 façam, fiquem como estão. Aprovado por unanimidade. Eu soltei a minha né? A
2216 segunda é a reunião e eu queri fazer uma proposta. Uma sugestão de data, que seria
2217 trinta e trinta e um de agosto. Quinta e sexta. É uma quinta e sexta que solicitaram aí.
2218 Não, sem dúvida. Setembro. Porque a gente tem que ver a nossa reunião de
2219 setembro... É outubro. Então setembro. Então setembro. Então na primeira semana de
2220 setembro? Quinta e sexta? É feriado. Então a posterior? Porque senão a gente vai
2221 ficar longe e vai passar o tempo. Depois da de sete de setembro, a quinta e sexta.
2222 Qual é a data?

2223

2224 **Participante não identificado** : - Quatorze e quinze.

2225

2226 **Almir** : - Vai ficar longe. Fica longe. Fica longe.

2227

2228 Fala fora do microfone

2229

2230 **Almir** : - Mas não fica longe não? A gente já tem um mês ainda. Quarenta e cinco
2231 dia. Talvez a gente fique voando. Perca o passo.

2232

2233 Fala fora do microfone

2234

2235 **Almir** : - Segunda e terça? O que é que vocês...? Tem aula, tem... Quinta é
2236 universidade? Quinta e sexta tá bom? A primeira quinta e sexta de setembro. Quinta e
2237 sexta-feira de setembro?

2238

2239 **Participante não identificado** : - A primeira quinta é feriado.

2240

2241 **Almir** : - Nove e dez? Não, não. Ele tá com o calendário. Quinta e sexta? A primeira
2242 quinta e sexta? Quarta e quinta?

2243

2244 Fala fora do microfone

2245

2246 **Almir** : - Cinco e seis? Tá bom? Fechamos essa data? Não, vai não. Vai não.

2247

2248 Fala fora do microfone

2249

2250 **Almir** : - É confirmar... É... Vamos escolher essa data pra não ficar longe... eu vou
2251 fazer um apelo aqui. Eu vou fazer um apelo. A gente aprova, aprova. A Suélen já faz
2252 a, o pedido de confirmação e esse conselho já confirma.

2253

2254 Fala fora do microfone

2255

2256 **Almir** : - Então quatorze e quinze, sem problema nenhum. Quatorze e quinze.

2257

2258 **Almir** : - Treze e quatorze? Treze e quatorze. Podemos fechar? A consenso nessas
2259 datas treze e quatorze? Então consenso. Treze e quatorze da, reunião extraordinária.
2260 Tema, sobre o código penal. Bom. Aí a gente vai preparar com a secretaria executiva,
2261 a sugestão de palestrante já podem... A mesa diretora pode encaminhar essa, também
2262 há consenso nisso? Okay. Bom. Depois dessas duas aprovações que a gente tá com
2263 um piqui de::: aprovação danado né, Élder? Élder tava registrando isso nesse, disse
2264 que essa foi a reunião mais... Uma das mais produtivas desse. Então já vamos aí pra
2265 tratar dessa recomendação.